

## **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

### **NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS**

A ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, (denominada "ELETRONUCLEAR" ou "Companhia"), empresa de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, com sua sede fixada na Rua da Candelária, nº 65 - 2º ao 14º andares - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.091-020 tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Dentro do escopo desse objeto, a Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW, bem como a construção da terceira unidade nucleoeletrica, denominada usina Angra 3, cujo estágio está descrito na Nota 14g, todas integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAEA.

A energia elétrica gerada pela Companhia, até 31 de dezembro de 2012, foi fornecida exclusivamente para FURNAS - Centrais Elétricas S.A. (parte relacionada), mediante contrato de compra e venda de energia elétrica.

A seguir, detalhes sobre as autorizações para construção e operação das usinas componentes da Central Nuclear:

<b>USINA</b>	<b>POTÊNCIA NOMINAL</b>	<b>LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO</b>		<b>DATA DE INÍCIO DE OPERAÇÃO</b>
		<b>INICIAL</b>	<b>ATUAL</b>	
ANGRA 1	640 MW	Portaria MME Nº 416 de 13/07/70	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Janeiro 1985
ANGRA 2	1.350 MW	Exp.Mot. MME Nº 300 - 28/05/74	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Setembro 2000
ANGRA 3	1.405 MW Previsão	Decreto Nº 75.870 de 13/06/75	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	

A partir de 1º de janeiro de 2013, conforme previsto no art.11, da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, o pagamento da receita da geração de energia elétrica da ELETRONUCLEAR será rateado entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN. Através da Resolução Normativa nº 530, editada em de 21 de dezembro de 2012, a ANEEL estabelece a metodologia para o cálculo das cotas-partes anuais referentes à energia das centrais de geração Angra 1 e Angra 2 e as condições para a comercialização dessa energia na forma do art.11, da Lei nº 12.111/2009.

Essas cotas-partes representam o percentual da energia proveniente das usinas, a ser alocado a cada distribuidora, calculado pela razão entre o seu mercado faturado dos consumidores e a soma dos mercados faturados dos consumidores cativos de todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

Também, em 21 de dezembro de 2012, a ANEEL, através da Resolução Homologatória 1.407/2012, estabelece as cotas-partes anuais referentes à geração para os anos de 2013 a 2018, bem como os montantes de energia a serem alocadas às distribuidoras do SIN.

## **NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **a) Base de preparação**

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2013.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, referenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, estando certos os ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.1.

### **b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigendo a partir de 2012 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

## **NOTA 3 – DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS**

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidos abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior, salvo disposição em contrário.

### **3.1 - Estimativas contábeis críticas**

#### **a) Benefícios pós-emprego**

O valor atual de obrigações de planos de pensão e assistência médica depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas.

Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo esses mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

#### **b) Obrigação para desmobilização de ativos**

O valor atual dessa obrigação depende de uma série de fatores, como a taxa de desconto, determinada ao final de cada exercício, conforme mencionado acima, e nas condições atuais do mercado para desmobilização de usinas nucleares semelhantes.

Se a taxa de desconto estimada, após o imposto, aplicada na apuração do valor presente da obrigação para desmobilização de ativos fosse 1% maior que a estimativa da administração (5,98 % em substituição a 4,98%), a Companhia teria reconhecido uma redução do passivo de R\$ 54 milhões em contrapartida do ativo imobilizado.

#### **c) Impairment de ativos**

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no imobilizado de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.13. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 14c).

Não foram identificadas perdas (*impairment*) no exercício de 2012.

Se a taxa de desconto estimada, antes do imposto, aplicada aos fluxos de caixa descontados das usinas Angra 1 e Angra 2 fosse 1% maior que as estimativas da administração (5,98% em substituição a 4,98%), mesmo assim, a Companhia não teria reconhecido perda (*impairment*) em 31 de dezembro de 2012.

### **3.2 - Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, integrantes das atividades de gerenciamento de caixa da Companhia, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

### **3.3 – Títulos e valores mobiliários de curto prazo**

Tratam-se das aplicações financeiras destinadas à compra de ativo fixo e outras atividades de investimento. Os rendimentos auferidos nessas aplicações financeiras são capitalizados no ativo imobilizado.

### **3.4 - Ativos financeiros**

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza do instrumento e da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

#### **a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante.

#### **b) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia estão detalhados na Nota 4.3.

#### **3.4.1 - Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receita (despesa) financeira" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referentes a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que, fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela administração da própria Companhia.

A Companhia avalia, na data do balanço anual, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

### **3.4.2 - Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **3.4.3 - *Impairment* de ativos financeiros**

#### **Ativos mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia, no final de exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento, mantido até o vencimento, tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

### **3.5 - Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge***

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato de o derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Sendo esse o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía somente duas operações com derivativos (compra de dólar no mercado futuro e operação com swap), não denominada como instrumento de *hedge de fluxo de caixa*, conforme detalhado na Nota 11.

#### **a) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge de fluxo de caixa*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Receita (despesa) financeira".

### **3.6 - Clientes**

A conta de clientes corresponde a uma parcela a receber de FURNAS Centrais Elétricas S.A. (parte relacionada), pela venda de energia no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de FURNAS são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, sendo, na prática, normalmente reconhecidas ao valor faturado.

A outra parcela da conta de clientes corresponde ao diferencial de que trata o art. 12, da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, homologado pelo art. 2º, da Resolução Homologatória nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012, emitida pela ANEEL, a ser cobrado das concessionárias de distribuição de energia elétrica, nos anos de 2013 a 2015.

As contas a receber das distribuidoras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, sendo ajustadas a valor presente.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, tais créditos são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante, conforme detalhado na Nota 6.

### **3.7 - Estoques de combustível nuclear e almoxarifado**

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, segregado da seguinte forma:

- a) Concentrado de urânio e serviços em curso (para a transformação do concentrado de urânio em elementos de combustível nuclear) estão registrados pelos seus custos de aquisição;
- b) Elementos de combustível nuclear – estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado – PCU, são apropriados ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica (Nota 8);
- c) Almoxarifado, classificado no ativo circulante, está registrado ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado (Nota 9).

### **3.8 - Paradas programadas**

Os custos incorridos antes e durante as paradas programadas das usinas Angra 1 e 2, para troca de combustível e manutenção, são apropriados ao resultado no exercício em que forem incorridos.

### **3.9 - Fundo financeiro para descomissionamento (Títulos e valores mobiliários)**

A Companhia possui com o Banco do Brasil, um fundo exclusivo de investimento para prover os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das usinas Angra 1 e 2, classificados como títulos e valores mobiliários no ativo não circulante, realizável a longo prazo. A titularidade deste fundo é da ELETROBRAS, conforme determinado pelo CNPE - Conselho Nacional de Política Energética. A carteira desse fundo exclusivo encontra-se detalhada na Nota 11 e o seu uso é restrito para futuro custeio das atividades de descomissionamento.

### **3.10 - Depósitos vinculados**

Os depósitos judiciais, atualizados monetariamente, estão consignados em conta específica apresentada no grupo depósitos vinculados, no ativo não circulante e estão detalhados na Nota 12.

### **3.11 - Transações em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, pela taxa de câmbio vigente, nas datas das transações.

Os saldos das contas representativas são convertidos pela taxa de câmbio, na data do balanço. Os ganhos e as perdas, decorrentes da flutuação cambial, verificada nas liquidações das operações e da conversão para reais de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício e, quando aplicável, nas imobilizações em curso.

### **3.12 - Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e apropriada ao resultado do exercício.

As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Instrução ANEEL nº 44, de 17 de março de 1999, e atos complementares daquela Agência, conforme previsto pela Orientação Técnica OCPC 05 (item 111), sendo 3,3% ao ano para o imobilizado em serviço das Usinas de Angra 1 e 2 e 10% ao ano para os ativos utilizados administrativamente. Essas taxas refletem adequadamente a estimativa da administração quanto à vida útil-econômica desses bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que, o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos do imobilizado incluem a estimativa de custos de desmobilização de suas unidades operativas, nos termos do que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo imobilizado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

**Obrigações especiais** - As contribuições recebidas da União, estados, municípios e terceiros, para a execução de empreendimentos vinculados ao serviço público de energia elétrica são registradas sob o título de obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e são demonstradas como redutoras do ativo imobilizado. A amortização relativa a essas obrigações mantém proporcionalidade com a depreciação dos ativos correspondentes (Nota 14).

A ELETRONUCLEAR funciona por meio de autorização concedida pela União Federal e que não possui prazo para finalização, diferentemente do que ocorre com as concessões de serviços públicos. Sendo assim, a Companhia entende que não atende às condições estabelecidas pela Interpretação Técnica ICPC 01 e, portanto, não está inserida em seu alcance.

### **3.13 - Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e à amortização são revisados para a verificação de *impairment* ao final de cada exercício contábil e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

### **3.14 - Intangível - Softwares**

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de 5 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento, que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o software para usá-lo ou vendê-lo;
- O Software pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequadamente recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software;
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 5 anos.

### **3.15 - Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano.

Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### **3.16 - Financiamentos e empréstimos**

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

### **3.17 - Provisões**

As provisões para restauração ambiental e ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; for provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual, incluído na mesma classe de obrigações, seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### **3.18 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e o diferido.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no

patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

### **3.19 - Benefícios a funcionários - Obrigações de aposentadoria**

Os benefícios concedidos a empregados, incluindo os planos de complementação de aposentadoria e pensão, junto à Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social e ao NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, são determinados com base em cálculos atuariais elaborados por atuários independentes (Nota 21).

A Companhia tem planos de benefício definido que são diferentes de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores: como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, com relação aos planos de pensão de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada.

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

### **3.20 - Obrigação para desmobilização de ativos (passivo para descomissionamento)**

A Companhia revisa periodicamente os valores da provisão para o passivo para descomissionamento.

Mensurado pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização das usinas nucleares, quais sejam: o desmantelamento e a descontaminação dos materiais, equipamentos e instalações, os quais incorrerão no término da vida útil econômica das usinas, tendo como contrapartida o imobilizado.

### **3.21 - Dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

### **3.22 - Participação nos lucros e resultados**

A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou, quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia, após certos ajustes.

No presente exercício, a Companhia está reconhecendo uma provisão contábil passiva para pagamento de participação nos lucros e resultados aos seus empregados. Essa provisão decorre de uma obrigação construtiva, configurada pela prática frequente desse benefício, realizada em diversos exercícios anteriores, não tendo ocorrido no presente qualquer alteração dessas características.

### **3.23 - Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos do contrato de fornecimento.

### **3.24 - Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

## **NOTA 4 - GESTÃO DE RISCO**

### **4.1 - Fatores de risco**

Com o auxílio da empresa de consultoria contratada pela controladora ELETROBRAS, a Companhia elaborou a sua matriz de riscos. Os principais fatores considerados nesse levantamento são monitorados permanentemente, a saber:

#### **a) Riscos socioambientais**

Os riscos ambientais são monitorados por superintendência especializada da Companhia. A ELETRONUCLEAR tem como diretriz conhecer todas as eventuais interferências que o funcionamento das suas usinas possa causar ao meio ambiente e, também, o aprimoramento contínuo das atividades produtivas, adotando técnicas que conduzam a melhores resultados, em harmonia com o meio ambiente. As usinas Angra 1 e Angra 2 estão de acordo com a legislação ambiental em vigor, observadas as questões detalhadas na Nota 14(item d).

A Companhia está sujeita a diversas leis e normas ambientais que disciplinam atividades envolvendo o uso de matéria-prima radioativa e a guarda de seus dejetos, para que os efeitos sobre o meio ambiente das suas operações devam ser por ela evitados, mitigados ou corrigidos, quando necessário.

Seguem abaixo, os principais eventos aqui tratados, com as suas devidas descrições, que se não observados atentamente podem causar: atrasos na execução de obras ou paradas não programadas das usinas, com conseqüente aumento de custos e perda de rentabilidade nos empreendimentos, perda de imagem, sanções e penalidades aplicadas pelos órgãos regulador-fiscalizadores, processos judiciais, mobilizações sociais, acidentes socioambientais e redução no valor de mercado da Companhia.

Todos esses eventos estão sob-rígido controle e são permanentemente monitorados pela Companhia, estando pendente apenas a renovação do Licenciamento Ambiental, que será liberado pelo IBAMA em março de 2013, a saber:

- Licenciamento ambiental (Nota 14, item “d”) - atraso na renovação da licença ambiental dos empreendimentos Angra 1 e Angra 2;

- Impactos na biodiversidade - ausência de medidas mitigadoras e compensatórias necessárias para reduzir os impactos causados na fauna e flora das regiões aonde a Companhia possui operações;
- Impacto socioeconômico - ausência de medidas mitigadoras e compensatórias necessárias para reduzir os impactos causados na comunidade das regiões aonde a Companhia possui operações;
- Controles ambientais - controles inadequados relacionados à gestão de resíduos, lançamentos de efluentes, emissões atmosféricas e uso e manuseio de produtos perigosos, não perigosos ou proibidos;
- Passivos ambientais - tratamento inadequado dos passivos ambientais identificados na Companhia;
- Contaminação radiológica - contaminação radiológica do meio ambiente e população e/ou aumento do nível de radiação acima dos limites permitidos;
- Emissão de CO<sub>2</sub> - incapacidade de reduzir o volume de CO<sub>2</sub> emitido pelas operações da Companhia;
- Trabalho infantil e/ou forçado ou compulsório - utilização de trabalho infantil e/ou forçado ou compulsório nas operações, realizadas direta ou indiretamente pela Companhia.

#### **b) Risco trabalhista**

A Companhia está sujeita às leis e normas trabalhistas vigentes que devem ser corretamente seguidas. O não atendimento à legislação vigente pode causar: sanções e multas aplicadas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, insatisfação dos empregados e perda da imagem da Companhia.

#### **c) Risco de taxa de câmbio**

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos (fundo para descomissionamento) e ao euro (empréstimos e financiamentos).

Com exceção de compra de dólar futuro e a operação de swap, detalhados na Nota 11, que compõem a carteira do fundo exclusivo para descomissionamento, não há operações financeiras contratadas que protejam a Companhia dessa exposição, tendo em vista os custos envolvidos e o atual estágio de estabilidade observado na economia brasileira. A totalidade da dívida da ELETRONUCLEAR está garantida pela ELETROBRAS.

Uma variação de 10% do real, em relação ao euro, resultaria em um aumento ou redução de aproximadamente R\$ 1.854 mil no patrimônio líquido da Companhia.

#### **d) Outros fatores de riscos**

Outros principais fatores de riscos de mercado, que afetam e/ou podem afetar o negócio da Companhia, podem ser assim enumerados:

• **Risco de crédito**

A ELETRONUCLEAR, conforme descrito nas Notas 1 e 6, tem a totalidade da sua geração de energia elétrica em 2012 comercializada com FURNAS, empresa do sistema ELETOBRAS, que fornece uma parcela significativa da energia elétrica produzida no país.

• **Risco de liquidez**

A Administração da ELETRONUCLEAR entende não haver exposição ao risco de liquidez corrente e liquidez geral, uma vez que:

- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto prazo, aponta um índice de liquidez corrente positivo de 2,27; e,
- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto e de longo prazo, revela um índice de liquidez geral positivo de 0,58.

No quadro abaixo, estão demonstrados os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Os valores divulgados no quadro são os fluxos de caixa não descontados contratados:

PASSIVOS FINANCEIROS POR VENCIMENTO				
DESCRITIVO	R\$ MIL			
	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 31 de dezembro de 2011 (i)				
- Empréstimos	192.363	115.023	35.512	2.914.744
- Fornecedores (iii)	256.403	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>448.766</b>	<b>115.023</b>	<b>35.512</b>	<b>2.914.744</b>
Em 31 de dezembro de 2012 (i)				
- Empréstimos	115.554	113.033	534.658	4.329.010
- Fornecedores (iii)	443.648	273.427	273.427	-
<b>TOTAL</b>	<b>559.202</b>	<b>386.460</b>	<b>808.085</b>	<b>4.329.010</b>

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e fornecedores.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pelas normas, e sim baseadas em uma opção da administração.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

**4.2 - Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a ELETRONUCLEAR monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

ÍNDICE DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA		
DESCRIPTIVO	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
Total dos financiamentos e empréstimos (Nota 17)	2.448.984	1.732.633
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5a)	(131.354)	(124.432)
(-) Títulos e val. mobiliários de curto prazo (Nota 5b)	(513.492)	(259.973)
Dívida líquida	1.804.138	1.348.228
Total do patrimônio líquido	6.351.420	6.526.166
Total do capital total	8.155.558	7.874.394
Índice de alavancagem financeira - %	22	17

#### 4.3 - Instrumentos financeiros por categoria

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA - 31/12/2012			
R\$ MIL			
DESCRIPTIVO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 31/12/2012
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Dólar comercial futuro (i)	-	852	852
- Contas a receber de clientes	875.736	-	875.736
- Caixa e equivalentes de caixa	131.354	-	131.354
- Títulos e valores mobiliários de curto prazo	513.492	-	513.492
- Títulos e valores mobiliários de longo prazo	229.818	-	229.818
Em 31 de dezembro de 2012	1.750.400	852	1.751.252

(i) Compõe a carteira de ativos dos títulos de valores mobiliários relativos ao fundo para descomissionamento, conforme detalhado na Nota 11.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA - 31/12/2011			
R\$ MIL			
DESCRITIVO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 31/12/2012
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Instrumentos financeiros derivativos (i)	-	10.196	10.196
- Dólar comercial futuro (i)	-	470	470
- Contas a receber de clientes	358.367	-	358.367
- Caixa e equivalentes de caixa	124.432	-	124.432
- Títulos e valores mobiliários de curto prazo	259.973	-	259.973
- Títulos e valores mobiliários de longo prazo	162.756	-	162.756
Em 31 de dezembro de 2012	905.528	10.666	916.194

(i) Compõe a carteira de ativos dos títulos de valores mobiliários relativos ao fundo para descomissionamento, conforme detalhado na Nota 11.

#### 4.4 - Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. A Administração entende que os valores justos de seus passivos financeiros são próximos dos seus valores contábeis, tendo em vista a disponibilidade de instrumentos financeiros similares no mercado e, portanto de juros e condições equivalentes.

Os instrumentos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo por meio de resultado, estão incluídos nos níveis 1 e 2, ou seja, a determinação é efetuada através de técnicas de avaliação, conforme quadro a seguir:

ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO			
DESCRITIVO	R\$ MIL		
	Nível 1	Nível 2	Total
Títulos e valores mobiliários de longo prazo	152.560	-	152.560
Instrumentos financeiros derivativos (i)	-	10.196	10.196
Derivativos (dólar futuro BMF) (i)	-	470	470
Total de ativos em 31/12/2011	152.560	10.666	163.226
Títulos e valores mobiliários	229.818	-	229.818
Derivativos (dólar futuro BMF) (i)	-	852	852
Total de ativos em 31/12/2012	229.818	852	230.670

(i) Compõe a carteira de ativos dos títulos de valores mobiliários relativos ao fundo para descomissionamento, conforme detalhado na Nota 11.

## NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE CURTO PRAZO

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.284/05, emitida pelo Banco Central do Brasil, em 25 de maio de 2005, as aplicações financeiras resultantes das receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas por intermédio da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados.

Assim, as aplicações financeiras da Companhia, apresentadas nos quadros abaixo (“a” e “b”) representam recursos mantidos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, em Extramercado FAE - Fundo de Investimento em Renda Fixa que, oferece liquidez diária e são compostas, principalmente, de títulos do governo brasileiro e certificados de depósitos bancários. O fundo de investimento possui possibilidade de resgate com liquidez imediata e sem carência.

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são aquelas cujos recursos são destinados ao atendimento das atividades de operação da Companhia. Aquelas aplicações de recursos, que são de comprometimento nas atividades de investimentos, são classificadas como títulos e valores mobiliários.

### a) Caixa e equivalentes de caixa

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	2.377	2.873
Aplicações financeiras	128.977	121.559
<b>SALDO</b>	<b>131.354</b>	<b>124.432</b>

### b) Títulos e valores mobiliários de curto prazo

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
Aplicações financeiras:		
Recursos BNDES para usina Angra 3	220.570	213.096
Recursos ELETROBRAS / RGR para usina Angra 3	292.922	46.877
<b>TOTAL</b>	<b>513.492</b>	<b>259.973</b>

## **NOTA 6 – CLIENTES**

- a) O faturamento da Companhia é realizado, mensalmente, com base no contrato de venda de energia elétrica, associada às usinas Angra 1 e Angra 2, assinado entre a ELETRONUCLEAR e FURNAS em 10 de julho de 2001, com vigência a partir de 1º de julho de 2001 até 31 de dezembro de 2012.
- b) Em dezembro de 2012, está sendo constituída uma provisão para liquidação duvidosa, correspondente ao valor de R\$ 91.710 mil, relativo ao desvio de suprimento e da energia disponibilizada, mas não despachada pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, que vinha sendo registrada no ativo não circulante e refere-se ao suprimento de energia do período de setembro de 2000 a setembro de 2002, ainda sob o efeito de liminares judiciais, movidas por empresas do setor para suspensão de pagamento à FURNAS.

Essa provisão foi feita considerando que a expectativa de recebimento é remota, conforme entendimentos acordados entre a ELETRONUCLEAR e FURNAS, quando da reunião havida para acertos de contas relativas ao encerramento do contrato de venda de energia.

- c) Conforme previsto no parágrafo 4º, do art. 12, da Lei 12.111/2009, e no art. 2º da Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa faturada pela ELETRONUCLEAR e da tarifa de referência (definida no parágrafo 1º da citada Lei) a ser repassado para FURNAS, será rateado pelas concessionárias de serviço público de distribuição atendidas pelo Leilão de Compra de Energia Proveniente de Empreendimentos Existentes, em 7 de dezembro de 2004, na proporção das quantidades atendidas no contrato com início de suprimento em 2005. Dessa forma, a Companhia registrou em dezembro de 2012, um contas a receber contra diversas concessionárias de distribuição de energia elétrica, no montante de R\$ 640.695 mil, tendo como contrapartida uma receita de suprimento de energia de R\$ 581.431 mil e um passivo de Contribuições do PASEP e COFINS de R\$ 59.264 mil, na conta de Impostos e Contribuições – ver Notas 25.c e 18 respectivamente.
- d) De acordo com o disposto no parágrafo 1º, da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.406/2012, esse montante será pago em duodécimos pelas concessionárias à ELETRONUCLEAR, nos anos de 2013 a 2015, assim, o registro desse ativo a valor presente em 31 de dezembro de 2012, corresponde a R\$ 608.249.mil, sendo R\$ 208.037 mil registrado no ativo circulante e R\$ 400.212 mil no ativo não circulante.

A seguir, quadro demonstrativo das contas a receber:

CLIENTES - CONTAS A RECEBER					
BALANÇO	R\$ MIL				
	FURNAS			DISTRIB.	TOTAL
	Energia contratada	Desvio positivo	Energia não despachada	Diferencial RH 1406 de 2012	
Ativo circulante	257.433	9.224	-	-	266.657
Ativo não circulante	-	67.022	24.688	-	91.710
31/12/2011	257.433	76.246	24.688	-	358.367
Ativo circulante	225.435	42.052	-	208.037	475.524
Ativo não circulante	-	-	-	400.212	400.212
31/12/2012	225.435	42.052	-	608.249	875.736

A ELETRONUCLEAR possui R\$ 7.649 mil em faturas caucionadas correspondentes à venda de energia elétrica, em função de processos tributários movidos contra a Companhia, os quais se encontram detalhados na Nota 22.

## NOTA 7 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - ATIVO

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ MIL	
	ATIVO CIRCULANTE	
	31/12/2012	31/12/2011
IRRF sobre aplicações financeiras	117	575
IRRF sobre serviços prestados a terceiros	2.378	1.865
CSLL retida sobre serviços prestados a terceiros	1.982	1.822
Saldo de antecipações de IRPJ do exercício	40.155	1.679
Saldo de antecipações de CSLL do exercício	14.374	621
IRRF sobre serviços prestados Exterior pago a maior	13.681	-
CIDE sobre serviços prestados Exterior pago a maior	9.121	-
Outros	169	172
<b>TOTAL</b>	<b>81.977</b>	<b>6.734</b>

## NOTA 8 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

O combustível nuclear utilizado nas usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 é constituído de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio em seu interior.

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários a sua fabricação e classificados contabilmente no ativo não circulante, nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Depois de concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto, cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo

circulante, é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e, no não circulante, a parcela restante.

A amortização mensal na despesa operacional é feita de forma proporcional, considerando a energia mensal efetivamente gerada em relação à energia total prevista para cada elemento.

Abaixo, quadro com a composição do saldo do combustível nuclear:

COMBUSTÍVEL NUCLEAR				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Concentrado de urânio	Elementos prontos	Serviços em curso	TOTAL
Ativo circulante	-	388.663	-	388.663
Ativo não circulante	130.575	133.894	171.164	435.633
<b>TOTAL EM 31/12/2011</b>	<b>130.575</b>	<b>522.557</b>	<b>171.164</b>	<b>824.296</b>
Ativo circulante	-	360.751	-	360.751
Ativo não circulante	143.116	109.153	229.226	481.495
<b>TOTAL EM 31/12/2012</b>	<b>143.116</b>	<b>469.904</b>	<b>229.226</b>	<b>842.246</b>

## NOTA 9 - ALMOXARIFADO

O saldo do almoxarifado é composto por materiais utilizados para consumo diário das usinas no curto prazo, assim como os adiantamentos efetuados a fornecedores, para a aquisição dos correspondentes materiais, totalizando R\$ 64.925 mil (R\$ 33.788 mil em 31 de dezembro de 2011).

## NOTA 10 – OUTROS ATIVOS

OUTROS ATIVOS	R\$ MIL		R\$ MIL	
	ATIVO CIRCULANTE		ATIVO NÃO CIRCULANTE	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Prêmios de seguros	8.063	2.460	-	-
Partes relacionadas	13.806	8.038	-	-
Adiantamentos a fornecedores	7.435	2.014	-	-
Furnas - Contingência trabalhista	-	-	15.732	15.732
DNIT - Ressarcimento de despesa	10.108	-	-	23.903
Confab - multa contratual	5.336	-	-	-
Inepar - multa contratual	4.141	-	-	-
Desativações em curso	9.683	1.224	-	-
Devedores diversos	5.300	6.703	1.289	1.074
<b>TOTAL</b>	<b>63.872</b>	<b>20.439</b>	<b>17.021</b>	<b>40.709</b>

## **NOTA 11 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE LONGO PRAZO - FUNDO PARA O DESCOMISSIONAMENTO**

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito. Para permitir a inserção na ELETRONUCLEAR dos custos a serem incorridos com o descomissionamento das usinas Angra 1 e 2, foi constituído contabilmente uma obrigação para desmobilização de ativos, com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia, conforme Nota 23.

De acordo com a determinação do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, as atribuições pelas atividades de instituir e viabilizar o fundo, para fazer face ao efetivo descomissionamento das usinas nucleares Angra 1 e 2, ao final da vida útil econômica das referidas usinas, foram atribuídas à ELETROBRAS.

A ELETRONUCLEAR apresentou em dezembro de 2007, à ELETROBRAS, os valores estimados do passivo para o descomissionamento, para permitir àquela controladora a realização dos cálculos das parcelas a serem recolhidas ao fundo financeiro a partir de 2008, de modo que, ao final da vida útil econômica de cada usina, esse fundo, com os respectivos rendimentos a serem auferidos, atinja os montantes estabelecidos em US\$ 307 milhões para Angra 1 e US\$ 426 milhões para Angra 2.

Em 15 de janeiro de 2008, a ELETROBRAS fixou as diretrizes para a implementação do fundo financeiro, informando a conta corrente para os depósitos, as datas de recolhimentos, bem como os valores das quotas mensais a serem recolhidas no exercício de 2008.

Assim sendo, a ELETRONUCLEAR, em 20 de fevereiro de 2008, iniciou o processo de pagamentos à ELETROBRAS, para os devidos recolhimentos ao fundo financeiro para o descomissionamento.

O mencionado fundo é mantido com o Banco do Brasil, através de um fundo de investimento extramercado de longo prazo, exclusivo para acumular os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2. A titularidade deste fundo pertence à ELETROBRAS, conforme determinado pelo CNPE.

A seguir, demonstramos o detalhamento da carteira do mencionado fundo:

DERIVATIVOS FUNDO DE DESCOMISSIONAMENTO		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
Conta-corrente	16	15
Operações compromissadas	-	-
Letra Financeira do Tesouro	230.648	152.076
Ajuste Mercado Futuro:		
- Swap	-	11.136
- Dólar Comercial Futuro	(852)	(470)
- Outros	6	(1)
Subtotal	229.818	162.756
Dólar Comercial Futuro	852	470
<b>TOTAL</b>	<b>230.670</b>	<b>163.226</b>

As margens negativas das operações com dólar futuro estão classificadas no passivo não circulante – Outros. O valor do ajuste, em 31 de dezembro de 2012, monta R\$ 421 mil (R\$ 470 mil em 31 de dezembro de 2011).

A ELETROBRAS fixou o montante a ser depositado no exercício de 2012 em R\$ 35.433 mil.

Mensalmente, a ELETROBRAS informa à ELETRONUCLEAR, os rendimentos financeiros incorridos durante o período sobre as aplicações do fundo, com a devida tributação do imposto de renda na fonte.

Nesse exercício de 2012, o fundo apresenta um rendimento financeiro de R\$ 27.939 mil (Nota 28), (R\$ 21.669 mil no exercício de 2011), em função da variação cambial do dólar norte-americano em relação ao real, ocorrida nos períodos.

Abaixo, apresentamos o quadro da composição do fundo para descomissionamento:

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESCOMISSIONAMENTO		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
Parcelamento quotas de 2005/2006/2007	39.322	30.836
Quotas de 2008 a 2012	156.587	121.155
Total de quotas recolhidas	195.909	151.991
Ganhos líquidos auferidos acumulados	33.909	10.765
Patrimônio líquido do fundo	229.818	162.756
Ajuste da carteira de aplicações a realizar	852	470
<b>Saldo da Carteira de Aplicativos do Fundo</b>	<b>230.670</b>	<b>163.226</b>

## NOTA 12 – DEPÓSITOS VINCULADOS

### a) Composição

DEPÓSITOS VINCULADOS		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
Depósitos judiciais		
Contingências trabalhistas	11.199	9.791
Contingências tributárias	18.307	15.846
Contingências cíveis	3.411	3.240
	32.917	28.877
Outros depósitos	723	16
Atualização monetária sobre os depósitos judiciais	6.086	6.107
<b>TOTAL</b>	<b>39.726</b>	<b>35.000</b>

### b) Movimentação

MOVIMENTAÇÃO DOS DEPÓSITOS VINCULADOS - R\$ MIL				
Composição	SALDO EM 31/12/2011	MOVIMENTAÇÃO		SALDO EM 31/12/2012
		BAIXAS	INCLUSÕES	
Depósitos judiciais	28.877	(4.319)	8.359	32.917
Outros depósitos	16	(16)	723	723
Atualização monetária s/depósitos judiciais	6.107	(21)	-	6.086
<b>TOTAL</b>	<b>35.000</b>	<b>(4.356)</b>	<b>9.082</b>	<b>39.726</b>

## NOTA 13 – ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS SOBRE PREJUÍZOS FISCAIS

A Companhia possui prejuízo fiscal no montante de R\$ 1.409.722 mil (R\$ 1.527.105 mil em 31 de dezembro de 2011) e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 1.608.248 mil (R\$ 1.725.015 mil em 31 de dezembro de 2011).

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa da CSLL são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

A Companhia não reconhece impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base negativa em função de vários fatores, a saber:

- Não há histórico consistente de rentabilidade.

- Com a instituição do Plano de Sucessão Programada da ELETRONUCLEAR – PSPE, que tem previsto para início de adesão em meados do ano de 2013, consta do fluxo financeiro de caixa da Companhia para o 2º semestre de 2013, o início dos desembolsos por conta dos desligamentos, conforme aprovação na 282ª reunião do Conselho de Administração da ELETRONUCLEAR, de 19/12/2012. Na forma da legislação societária, tão logo o PSPE seja implantado, há de se reconhecer seus efeitos como um todo, o que pode afetar significativamente os resultados da companhia nos anos de 2013 e possivelmente 2014, quando do reconhecimento contábil das obrigações a ele vinculadas.

O cálculo da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social, bem como a composição dos impostos diferidos ativos e passivos, encontram-se detalhados nas Notas 18 e 29.

## NOTA 14 – IMOBILIZADO

Os bens e instalações utilizados na produção são vinculados ao serviço público de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador, segundo a legislação federal vigente.

### a) Composição do saldo do imobilizado

DESCRITIVO	% taxa anual de depreciação	IMOBILIZADO			
		31/12/2012			31/12/2011
		Custo	Depreciação e amortização acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
EM SERVIÇO Angras 1 e 2	3,3	8.567.566	(3.034.097)	5.533.469	5.111.709
		8.567.566	(3.034.097)	5.533.469	5.111.709
EM CURSO Angras 1, 2 e 3		2.880.400	-	2.880.400	2.174.374
		2.880.400	-	2.880.400	2.174.374
TOTAL BRUTO		11.447.966	(3.034.097)	8.413.869	7.286.083
Obrigações especiais	3,3	(237)	143	(94)	(118)
VALOR LÍQUIDO		11.447.729	(3.033.954)	8.413.775	7.285.965

**b) Movimentação do imobilizado**

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO EM 2012 - R\$ MIL					
DESCRITIVO	SALDO EM 31/12/2011	ADIÇÕES / DEPRECIÇÃO	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS	SALDO EM 31/12/2012
Em curso	2.174.374	1.394.020	(687.561)	(433)	2.880.400
Em serviço: custo	7.896.945	-	687.561	(16.940)	8.567.566
depreciação	(2.785.236)	(256.632)	-	7.771	(3.034.097)
Total em serviço	5.111.709	(256.632)	687.561	(9.169)	5.533.469
TOTAL BRUTO	7.286.083	1.137.388	-	(9.602)	8.413.869
Obrigações especiais	(118)	24	-	-	(94)
TOTAL	7.285.965	1.137.412	-	(9.602)	8.413.775

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO EM 2011 - R\$ MIL					
DESCRITIVO	SALDO EM 31/12/2010	ADIÇÕES / DEPRECIÇÃO	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS	SALDO EM 31/12/2012
Em curso	1.132.213	1.197.318	(157.530)	2.373	2.174.374
Em serviço: custo	7.710.826	-	157.530	28.589	7.896.945
depreciação	(2.547.147)	(245.365)	-	7.276	(2.785.236)
Total em serviço	5.163.679	(245.365)	157.530	35.865	5.111.709
TOTAL BRUTO	6.295.892	951.953	-	38.238	7.286.083
Obrigações especiais	(142)	24	-	-	(118)
TOTAL	6.295.750	951.977	-	38.238	7.285.965

No mês de maio de 2012, em virtude de negociações contratuais entre a ELETRONUCLEAR e o fornecedor AREVA, empresa a ser contratada para o fornecimento de equipamentos para a Usina Angra 3, tendo como destaque nestas negociações, impasses sobre a taxa cobrada pela "Export Credit Agencies (ECA)" alemã HERMES, para a concessão do Seguro de Crédito de Exportação, foi efetuada a devolução dos adiantamentos "Down Payment" realizados em dezembro de 2011, no valor de R\$ 270.436 mil. Tal fato teve reconhecimento em registro contábil com reflexo na redução integral dos valores originalmente adicionados ao Ativo Imobilizado.

**c) Análises para fins de *Impairment***

A Administração da Companhia avalia em bases periódicas, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais desgastes desses ativos ou grupos de ativos, que levem a sua não recuperação plena.

São identificadas as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos e determinada à mensuração de eventuais perdas. Quando não for possível, ou quando for impraticável estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante estimado da recuperação da unidade geradora de caixa, a qual pertence o ativo.

Na avaliação do valor justo, são utilizados fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, por taxa de desconto posterior à tributação, que reflete uma avaliação de mercado corrente no tempo, valor do dinheiro e riscos específicos relacionados ao ativo ou grupo de ativos.

Os resultados encontrados nos últimos estudos desenvolvidos, referentes ao balanço de 31 de dezembro de 2012, com base nas premissas conhecidas, não apontam a necessidade de ajuste contábil de "*impairment*" na ELETRONUCLEAR.

#### **d) Licenciamento das usinas Angra 1 e 2**

As usinas nucleares são submetidas a dois processos de licenciamento: Licenciamento Ambiental, expedido pelo IBAMA e Licenciamento Nuclear, pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Atualmente, a Usina Angra 1 possui a Autorização para Operação Permanente (AOP), emitida pela CNEN, em 1994 e renovada em 17 de setembro de 2010, válida por 14 anos. Não possui licença emitida pelo IBAMA, pois na época da sua construção não havia a exigência do licenciamento ambiental. Para regularizar esta situação, foi elaborado um Plano de Controle Ambiental (PCA), que está em análise pelo IBAMA.

A Usina Angra 2, por sua vez, possui uma Autorização para Operação Permanente (AOP), concedida pela Resolução CNEN n.º 106/2011, válida por 30 anos, com Revalidação Periódica de Segurança – RPS, a cada 10 anos. Em 1999, o IBAMA emitiu a Licença de Operação LO n.º 047/99, exclusivamente para o comissionamento da usina (testes de funcionamento dos equipamentos). Essa licença foi renovada em 2000, porém uma segunda renovação não foi ainda concedida devido a um questionamento do Ministério Público Federal (MPF). Em consequência, foi assinado em 2001, um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TCAC).

De acordo com o setor de Meio Ambiente da ELETRONUCLEAR, bem como pela interpretação do Parecer Técnico do IBAMA acima referenciado, o TCAC já foi cumprido na íntegra. Entretanto, somente em 2011 o Ministério Público se pronunciou sobre o assunto, o que permitiu a emissão da AOP, pela CNEN, em 15/06/2011 e o início das análises pelo IBAMA. Em função dessa análise, em conjunto com a análise do PCA de Angra 1, o IBAMA emitirá uma Licença Operacional Unificada, na qual estarão contempladas as usinas nucleares Angra 1 e Angra 2. Conforme exposto pelo próprio órgão licenciador, a emissão dessa Licença está prevista para o mês de março de 2013.

#### **e) Interpretação Técnica ICPC 12 – Mudanças em Passivos**

A Interpretação Técnica ICPC 12 - Mudanças em passivos, aprovada pela Deliberação CVM 621, de 22 de dezembro de 2009, determina que a alteração de taxa de desconto

aplicada em passivo de desativação deve refletir como atualização do ajuste a valor presente desse passivo, devendo tal alteração ser adicionada ao ativo correspondente. No presente exercício, foi contabilizado ajuste a valor presente, decorrente de diferença da taxa de 5,49% ao ano para 4,98% ao ano, sobre o Passivo para Descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2. O valor registrado no Passivo Não Circulante de R\$ 39.344 mil, teve como contrapartida o Ativo Imobilizado.

A taxa de desconto atual para ajuste a valor presente é de 4,98% ao ano, estabelecida para aplicação por todas as Empresas do Sistema ELETROBRAS.

#### **f) Pronunciamento Técnico CPC 27 – Sobressalentes no Imobilizado**

A Companhia mantém em seu estoque uma gama de material de valor compatível às necessidades específicas de cada uma de suas usinas devido às características próprias e individuais dos projetos. Trata-se de componentes e respectivos sobressalentes de fabricação restrita, de disponibilidade reduzida e, na sua quase totalidade, adquirida do exterior, necessários de modo a garantir a performance e fluxo contínuo de operação.

Para atendimento ao previsto no CPC 27, a Companhia reclassificou em 31 de dezembro de 2011, retroativamente a 1º de janeiro de 2009, o valor de R\$ 301.252 mil do almoxarifado para o ativo imobilizado.

#### **g) Empreendimento Angra 3**

O projeto da usina termonuclear Angra 3 teve início na década de 1980. As obras civis foram licitadas e adjudicadas à Construtora Andrade Gutierrez, através de contrato assinado em junho de 1983. A construtora foi mobilizada em junho de 1984, dando início às obras, instalando-se no canteiro e executando serviços iniciais de cortes de rocha e de abertura de cavas para os blocos de fundações das edificações da usina. O material retirado no desmonte foi utilizado na construção do molhe de proteção do sítio de Itaorna.

Em função de restrições orçamentárias que foram impostas ao empreendimento, fruto do forte recrudescimento da crise econômica por que passou o país na década de 1980, as obras foram paralisadas em abril de 1986, permanecendo nessa situação até fins de 2009.

No momento, as obras de construção da usina Angra 3 encontram-se em pleno desenvolvimento, apresentando, resumidamente, a presente situação:

- **Processo de licenciamento ambiental**

Com relação ao licenciamento ambiental, não existem quaisquer restrições para a continuidade das obras, tendo em vista que a Licença Prévia e a Licença de Instalação já foram expedidas pelo IBAMA, respectivamente, em julho de 2008 e março de 2009, depois de cumpridos todos os trâmites do processo de licenciamento ambiental.

É importante ressaltar que devem ser cumpridos todos os condicionantes presentes na Licença de Instalação, não somente para evitar eventuais autuações e embargos das obras, mas também, para a obtenção da Licença de Operação.

- **Processo de licenciamento nuclear**

Também em março de 2009, a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN emitiu a 1ª Licença Parcial de Construção, o que permitiu que a ELETRONUCLEAR iniciasse as atividades preparatórias no local de construção da usina, quais sejam: a execução do concreto de regularização da cava de fundações das edificações, da planta e a impermeabilização das fundações do edifício do reator (UJB) e do edifício auxiliar do reator (UKA).

Em 2010, a CNEN emitiu uma série de licenças e autorizações, permitindo à ELETRONUCLEAR iniciar a execução de diversas atividades do cronograma executivo das obras, a saber:

- 2ª Licença Parcial de Construção: expedida em 11 de março de 2010; autorizando a construção de estruturas não nucleares;
- 3ª Licença Parcial de Construção: expedida em 29 de março de 2010; autorizando a construção do edifício da turbina;
- Licença de Construção: expedida em 31 de maio de 2010, autorizando a concretagem da laje de fundação do edifício do reator (UJB), condicionada à submissão, por parte da ELETRONUCLEAR a CNEN, de projetos e cálculos para as etapas seguintes da obra. Nesse contexto, até 31 de dezembro de 2012, a CNEN emitiu 38 autorizações para serviços de concretagem.

- **Comercialização da energia a ser gerada pela usina**

A regulamentação dos mecanismos de comercialização da energia, a ser gerada por Angra 3, foi um importante marco alcançado no tocante à estruturação do empreendimento, haja vista que tal regulamentação era uma das principais condicionantes para a obtenção de financiamento junto a agentes financeiros nacionais e internacionais.

Em 22 de junho de 2010, a Secretaria de Planejamento do Ministério de Minas e Energia emitiu a Portaria SP-MME nº 12/2010, que fixou a garantia física de Angra 3 em 1.214,2 MW médios, tendo por base a potência bruta da usina em 1.405 MW.

Em 23 de junho de 2010, o Ministério de Minas e Energia (MME) expediu a Portaria nº 586/2010, que autorizou a celebração de contrato de venda de energia entre a ELETRONUCLEAR e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e estabeleceu o seguinte:

- Tipo de contrato: energia de reserva;
- Energia contratada: 1.184 MW médios;
- Início de entrega de energia: 2016;
- Preço da energia: não superior a R\$ 148,65 / MWh (Base: Dez-2009).

No final de 2010, o MME expediu novo documento relativo à comercialização da energia de Angra 3: Portaria MME nº 980/2010, de 21 de dezembro de 2010, detalhando a portaria anterior, estabelecendo a data de entrega de energia em 1º de janeiro de 2016 e mantendo o preço de venda.

Em 26 de agosto de 2011, a ELETRONUCLEAR e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, com base na portaria acima referida, assinaram o contrato de Venda de Energia de Reserva com um prazo de suprimento de 35 anos e com início de venda em 1º de janeiro de 2016.

- **Contrato de longo prazo para fornecimento do combustível nuclear**

Em 24 de setembro de 2010, após um longo período de negociações, que teve início em janeiro de 2009, a ELETRONUCLEAR e a Indústrias Nucleares do Brasil – INB assinaram o contrato de longo prazo para o fornecimento do combustível nuclear para Angra 3. É importante destacar que o estabelecimento desse contrato também era condicionante para a obtenção de financiamentos para o empreendimento. Os principais valores finais deste contrato na base maio de 2009 são:

- 1º Núcleo de combustível: R\$ 634.000 mil;
- 29 Recargas: R\$ 5.400.000 mil;
- Custo médio do combustível: R\$ 18,64 / MWh.

- **Estrutura de financiamento**

A composição de recursos para o financiamento do empreendimento prevê a seguinte distribuição:

- **Recursos BNDES:**

Em 22 de março de 2011, foi protocolado em cartório do Rio de Janeiro, o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito Nº 10.2.2032.1, no valor de R\$ 6.146.256 mil e assinado em 23 de fevereiro de 2011, pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e pela ELETRONUCLEAR, com interveniência das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS, destinado à implantação da UTN Angra 3.

Essa fonte destina-se à cobertura de 80% dos itens financiáveis pelo agente, envolvendo serviços de engenharia e consultoria no mercado nacional, fornecimentos de equipamentos, componentes e materiais do escopo nacional de suprimentos e, se for o caso, os impostos incidentes sobre aquisições de equipamentos e materiais do escopo importado.

O contrato estabelece uma taxa de juros de 1,72% ao ano, acrescido da TJLP, com um prazo de vinte anos para a amortização do principal e dos juros da dívida, sendo a primeira amortização em 15 de julho de 2016.

Até 31 de dezembro de 2012, foram liberados R\$ 1.277.000 mil desta linha de crédito.

- **Recursos RGR:**

Empréstimo de R\$ 890.000 mil da ELETROBRAS, correspondendo a 10% da disponibilidade da Reserva Global de Reversão – RGR, de cerca de R\$ 9.000.000 mil ao final de 2010.

O contrato, assinado em 24 de janeiro de 2011, estabelece um prazo de amortização de 20 anos após o término do período de carência, a encerrar-se em janeiro de 2018.

Com a assinatura do contrato, foi disponibilizado à ELETROBRAS 2,35% do valor do mesmo, ou seja, R\$ 209.000 mil.

Originalmente, as liberações subsequentes dar-se-iam mediante comprovações das execuções física e financeira dos eventos previstos no eventograma do contrato.

Posteriormente, visando agilizar o processo de liberação das parcelas de financiamento, a ELETROBRAS e a ELETROBRAS acordaram que as futuras liberações serão realizadas baseadas em uma projeção de dispêndios para o trimestre vindouro, concomitantemente à prestação de contas dos gastos realizados no trimestre anterior.

Até 31 de dezembro de 2012, foram liberados R\$ 594.200 mil desta linha de crédito.

#### **- Recursos da Caixa Econômica Federal:**

Em 21 de dezembro de 2012, foi assinado pela ELETROBRAS e pela Caixa Econômica Federal (CEF), o contrato de financiamento para suportar os dispêndios no mercado externo. O contrato estabelece as seguintes condições:

- Valor: R\$ 3,8 bilhões.
  - Tomadora: ELETROBRAS.
  - Garantia: UNIÃO, através da Secretaria do Tesouro Nacional.
  - Recursos: Liberação de recursos do Tesouro Nacional à Caixa Econômica Federal (CEF).
  - Carência: 5 anos.
  - Prazo de amortização: 20 anos.
  - Juros nominais: 6,5% a.a.
- Abrangência do financiamento:
- AREVA: Serviços e Suprimentos importados.
  - Outros contratos externos de menor monta.

Até 31 de dezembro de 2012, não houve liberação de recursos pela CEF.

#### **• Isenção de tributos federais**

Cumpridos os trâmites do processo, foi assinado pela Presidência da República, em 29 de outubro de 2012, o Decreto nº 7.832/2012 que regulamenta o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares - RENUCLEAR, de que trata os artigos 14 a 17 da Lei nº 12.431/2011.

O RENUCLEAR suspende o pagamento do “Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, incidente na saída do estabelecimento industrial ou equiparado de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado,

quando adquiridos por pessoa jurídica beneficiária do RENUCLEAR; e do IPI, na importação, e do Imposto de Importação - II incidentes sobre máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura, destinadas ao ativo imobilizado, quando importados por pessoa jurídica beneficiária do RENUCLEAR”.

No caso do Imposto de Importação, a isenção aplica-se somente a materiais de construção ou a outros bens sem similar nacional.

Ao MME compete aprovar, por meio de portarias, os projetos que se enquadrem nas disposições do decreto.

A isenção dos impostos poderá ser usufruída nas aquisições e importações realizadas até 31 de dezembro de 2015.

Em 26 de dezembro de 2012, foi aprovado através da Portaria MME Nº 625, o enquadramento de ANGRA 3 no RENUCLEAR.

No momento, encontra-se em preparação, pela ELETRONUCLEAR, a documentação necessária para usufruir dos benefícios do RENUCLEAR.

- **Atrasos na construção de Angra 3**

Em junho de 2012, a ELETRONUCLEAR comunicou à sua empresa controladora - ELETROBRAS que, com base em avaliações ainda preliminares, o empreendimento Angra 3 apresentava atrasos irreversíveis da ordem de 7 meses, o que postergaria o início de operação comercial da usina, de 01 de dezembro de 2015 para 01 de julho de 2016.

Dentre os motivos que mais vêm impactando consideravelmente o cronograma do empreendimento, podemos citar: o processo de autorizações gradativas para concretagem no âmbito da CNEN; a formalização do novo arranjo financeiro para cobertura de bens e serviços no exterior, originalmente através de bancos estrangeiros, posteriormente através do BNDES e agora, assinado com a Caixa Econômica Federal (CEF); o término das gestões junto à AREVA, visando buscar a redução dos prazos de fornecimento, mormente aqueles associados à entrega da instrumentação e controle digital; a efetivação dos contratos com a AREVA que dependiam do aludido financiamento para sua efetivação; o prosseguimento do processo de contratação da montagem eletromecânica, pendente de apreciação pelo TCU desde abril de 2012, e só agora liberado, o que paralisou, por um longo período, o processo de licitação; as dificuldades nos processos de renegociação de contratos com fornecedores nacionais de materiais e equipamentos; as dificuldades na viabilização dos processos para contratação de suprimentos nacionais; e, ainda, o baixo desempenho desses fabricantes, mormente a CONFAB e a NUCLEP, na execução dos contratos.

Assim, a despeito de todas as ações e apreciações ora sendo desenvolvidas pela ELETRONUCLEAR, o estabelecimento de um novo cronograma firme para o Empreendimento só será possível quando equacionados os principais entraves ora impedindo essa emissão.

A ELETRONUCLEAR vem procedendo a todas as ações na busca do equacionamento desses óbices.

#### **h) Implantação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE**

Em dezembro de 2012 a ELETRONUCLEAR, concluiu a implantação do MCPSE.

### **NOTA 15 – INTANGÍVEL**

O ativo intangível da Companhia compõe-se, basicamente: da aquisição de licença de uso do software do seu sistema corporativo central, denominado SAP R/3, e a de outros softwares aplicativos de uso específico e geral de valores substanciais, estando os mesmos registrados pelo custo de aquisição.

A movimentação do ativo intangível está assim constituída:

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL					
DESCRITIVO	SALDO 31/12/2011	ADIÇÃO / OUTROS	TRANSF P/SERVIÇO	AMORTIZAÇÃO	SALDO 31/12/2012
Em curso	9.022	9.889	(4.905)	-	14.006
Em serviço - custo	61.277	-	4.905	-	66.182
amortização	(38.293)	(7.565)	-	-	(45.858)
Total em serviço	22.984	(7.565)	4.905	-	20.324
<b>TOTAL LÍQUIDO</b>	<b>32.006</b>	<b>2.324</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>34.330</b>

### **NOTA 16 - FORNECEDORES**

- a) O saldo de fornecedores está composto de contas a pagar a empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado da operação, concentrado de urânio e serviços para o estoque de combustível nuclear e para aplicação direta no investimento e nas atividades estruturais da ELETRONUCLEAR.
- b) Também está composto da provisão do valor de R\$ 224.906 mil, a ser pago a FURNAS, correspondente à diferença da tarifa cobrada a FURNAS em relação à tarifa definitiva homologada pela ANEEL, bem como do valor de R\$ 581.431 mil correspondente ao diferencial de que se refere o art. 12, da Lei 12.111, de 09 de dezembro de 2009, que será cobrado das concessionárias de distribuição e repassado a FURNAS, todos de acordo com a Resolução Homologatória 1.406 de 21 de dezembro de 2012.
- c) A variação cambial destacada, refere-se à atualização das faturas em moedas estrangeiras processadas desde seus registros até a data do balanço.

Abaixo, quadro com a composição da dívida com fornecedores:

FORNECEDORES				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Faturas processadas	Variação cambial	Provisões	TOTAL
Circulante - nacional	58.028	-	64.345	122.373
Circulante - exterior	30.908	581	30.512	62.001
<b>TOTAL EM 31/12/2011</b>	<b>88.936</b>	<b>581</b>	<b>94.857</b>	<b>184.374</b>
<u>Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	61.221	61.221
Furnas - diferencial distribuidoras	-	-	188.793	188.793
Fornecedores - nacional	57.829	-	72.112	129.941
Fornecedores - exterior	18.539	493	44.661	63.693
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>76.368</b>	<b>493</b>	<b>366.787</b>	<b>443.648</b>
<u>Não Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	183.661	183.661
Furnas - diferencial distribuidoras	-	-	363.193	363.193
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>546.854</b>	<b>546.854</b>
<b>TOTAL EM 31/12/2012</b>	<b>76.368</b>	<b>493</b>	<b>913.641</b>	<b>990.502</b>

## NOTA 17 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos são:

### Aplicações nas Usinas Angra 1 e Angra 2

Tratam-se de financiamentos captados com a ELETROBRAS para diversas etapas de melhoramentos da Usina Angra 2 e para a troca dos geradores de vapor da Usina Angra 1.

Não existem covenants e garantias financeiras fornecidas pela ELETRONUCLEAR, sendo a própria ELETROBRAS a garantidora desses financiamentos.

Os recursos em moeda estrangeira foram contraídos pela ELETROBRAS, junto aos bancos alemães Dresdner Bank e KFW, sendo a última parcela paga em 2012.

### Aplicações nas Usinas Angra 3

Em 24 de janeiro de 2011, foi assinado o contrato de financiamento nº ECF-2878/2010 entre a Companhia e a ELETROBRAS, com interveniência do Banco do Brasil, com abertura de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, na ordem de R\$ 890.000 mil, para retomada do empreendimento de implementação da usina nuclear Angra 3.

Em 23 de fevereiro de 2011, foi assinado o contrato de financiamento nº 10.2.2032.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a

ELETRONUCLEAR, com interveniência da ELETROBRAS, com abertura de um crédito de R\$ 6.146.256 mil, destinados à implantação da usina Angra 3, tendo sido sacado um montante de R\$ 1.277.000 mil até 31 de dezembro de 2012.

**a) Quadro dos financiamentos e empréstimos por moeda**

DESCRIÇÃO	R\$ MIL							
	31/12/2012				31/12/2011			
	JUROS	PRINCIPAL		TOTAL	JUROS	PRINCIPAL		TOTAL
C.PRAZO		L.PRAZO	C.PRAZO			L.PRAZO		
<b>EM REAL</b>								
ANGRAS 1 e 2	2.790	44.133	455.414	502.337	1.559	39.696	494.248	535.503
ANGRA 3:								
ELETROBRAS	2.724	-	594.250	596.974	1.678	-	594.250	595.928
BNDES	3.943	-	1.345.730	1.349.673	1.843	-	552.440	554.283
Total	9.457	44.133	2.395.394	2.448.984	5.080	39.696	1.640.938	1.685.714
<b>EMEURO</b>								
Bancos alemães	-	-	-	-	144	46.775	-	46.919
Total	-	-	-	-	144	46.775	-	46.919
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>9.457</b>	<b>44.133</b>	<b>2.395.394</b>	<b>2.448.984</b>	<b>5.224</b>	<b>86.471</b>	<b>1.640.938</b>	<b>1.732.633</b>

**b) Quadro das mutações dos financiamentos e empréstimos**

MUTAÇÕES DOS FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS	R\$ MIL			
	MOEDA NACIONAL		MOEDA ESTRANGEIRA	TOTAL
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	44.776	1.640.938	46.919	1.732.633
Ingressos	-	735.000	-	735.000
Encargos - resultado	34.651	-	4.056	38.707
Encargos - investimento	95.122	-	-	95.122
Varição monetária e cambial	-	-	4.543	4.543
Transferência para o circulante	40.759	(40.759)	-	-
Incorporação de encargos ao principal	(60.215)	60.215	-	-
Amortização	(101.503)	-	(55.518)	(157.021)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	53.590	2.395.394	-	2.448.984

**c) Principais indicadores utilizados para atualização dos financiamentos e empréstimos com as respectivas variações percentuais**

FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS - VARIAÇÕES DOS INDICADORES			
MOEDAS E INDICADORES	31/12/2012	31/12/2011	VARIAÇÃO PERCENTUAL
EURO x R\$	2,6954	2,4342	10,73%
IGPDI	499,989	466,331	7,22%
INPC	3687,78	3480,52	5,95%
IGPM2	658,857	611,081	7,82%

**d) Dívida total com seus vencimentos programados**

FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS POR VENCIMENTOS		
ANO	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
2012	-	91.503
2013	53.397	40.750
2014	40.968	40.971
2015	40.968	40.971
2016	58.226	46.672
2017	76.513	52.220
Após 2017	2.178.912	1.419.546
<b>TOTAIS</b>	<b>2.448.984</b>	<b>1.732.633</b>

**NOTA 18 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO**

A seguir, a composição das obrigações com tributos e contribuições sociais que se apresentam consignados no passivo circulante e não circulante, e que compõem as obrigações correntes, na sua totalidade, a vencer e sem registro de qualquer inadimplência, e os passivos fiscais diferidos.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ MIL			
	31/12/2012		31/12/2011	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
PASEP e COFINS - diferidos	13.111	-	14.941	-
PASEP e COFINS - distribuidoras	51.055	-	-	-
PASEP E COFINS- parcelamento	9.413	-	13.993	7.218
IPTU CNAAA - parcelamento	-	-	15.986	-
Taxas de importação	1.874	-	493	-
IRRF - juros ELETROBRAS	-	-	756	-
Cosirf	2.117	-	2.506	-
CIDE s/serviços no exterior	2.125	-	11.607	-
IRRF - Folha de pagamento	13.772	-	13.327	-
INSS	11.459	-	12.357	805
FGTS	3.550	-	1.966	-
Outros	2.791	-	7.006	-
<b>SUBTOTAL</b>	<b>111.267</b>	<b>-</b>	<b>94.938</b>	<b>8.023</b>
IR e CSLL diferidos	-	-	-	12.059
<b>TOTAL</b>	<b>111.267</b>	<b>-</b>	<b>94.938</b>	<b>20.082</b>

A Companhia constitui IRPJ e CSLL Diferidos sobre outros resultados abrangentes, ajustes relativos a adoção da Lei 11.638, bem como sobre diferenças temporárias que, em 2012, geraram uma posição Ativa de IRPJ e CSLL Diferidos no montante total de R\$ 128.445 mil, contabilizados no Ativo Não Circulante. Todavia, em respeito ao estabelecido pelo CPC 32, foram registradas contas retificadoras, no mesmo montante, também no Ativo Não Circulante, de forma que o citado Ativo Diferido estivesse limitado ao montante do Passivo Diferido de IRPJ e CSLL.

DESCRIÇÃO	PASSIVO FISCAL DIFERIDO - R\$ MIL							
	31/12/2012				31/12/2011			
	PASSIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
	VALOR BASE	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL	VALOR BASE	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL
Ajuste a vr presente descomissionamento	798.675	71.881	199.669	271.550	824.115	74.170	206.029	280.199
Provisão para participações de empregados	(44.497)	(4.005)	(11.124)	(15.129)	-	-	-	-
Corr.monetária imobilizado 1995 a 1997	206.494	18.584	51.624	70.208	217.932	19.615	54.483	74.098
Imobilizado do descomissionamento-AVP	(17.551)	(1.580)	(4.388)	(5.967)	18.418	1.658	4.605	6.263
Imobilizado do descomissionamento-Custo	17.451	1.571	4.363	5.933	-	-	-	-
Outros ajustes CPC	(3.001)	(270)	(750)	(1.020)	-	-	-	-
Baixa despesas administrativas	(236.591)	(21.293)	(59.148)	(80.441)	(247.338)	(22.260)	(61.835)	(84.095)
Ajuste CPC - Baixa de Angra 3	(689.197)	(62.028)	(172.299)	(234.327)	(689.197)	(62.028)	(172.299)	(234.327)
Transfer.de estoque para o Imobilizado	(45.096)	(4.059)	(11.274)	(15.333)	(32.351)	(2.912)	(8.088)	(11.000)
Receita financ.capitalizada no Imobilizado	(22.279)	(2.005)	(5.570)	(7.575)	(2.707)	(244)	(677)	(921)
Provisão para benefícios pós emprego	1.499	135	375	510	(15.919)	(1.432)	(3.979)	(5.411)
Provisão para devedores duvidosos	(92.670)	(8.340)	(23.168)	(31.508)	(173)	(16)	(43)	(59)
Provisão p/atualização depósitos judiciais	4.202	378	1.051	1.429	4.202	378	1.051	1.429
Provisão para contingências judiciais	(67.840)	(6.106)	(16.960)	(23.066)	(43.485)	(3.914)	(10.871)	(14.785)
Provisão para desvalorização de títulos	(1.532)	(138)	(383)	(521)	(1.532)	(138)	(383)	(521)
Sub-total	(191.933)	(17.274)	(47.983)	(65.257)	31.965	2.876	7.993	10.869
Compensação com prejuízos fiscais de exercícios anteriores	-	-	-	-	(9.590)	(862)	(2.398)	(3.260)
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>(191.933)</b>	<b>(17.274)</b>	<b>(47.983)</b>	<b>(65.257)</b>	<b>22.375</b>	<b>2.014</b>	<b>5.595</b>	<b>7.609</b>
(-)Ativo Diferido	191.933	17.274	47.983	65.257	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	185.846	16.726	46.462	63.188	13.093	1.178	3.272	4.450
(-) Outros resultados abrangentes	(185.846)	(16.726)	(46.462)	(63.188)	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>35.468</b>	<b>3.192</b>	<b>8.867</b>	<b>12.059</b>

Os valores de IRPJ e CSLL Diferidos, contabilizados no resultado de 2012, referem-se a constituição integral de IRPJ e CSLL Diferidos Passivos e Ativos. Como em 31/12/2012 os referidos tributos resultaram em Ativo Diferido, no montante de R\$ 65.257 mil, em respeito ao CPC 32, a Eletronuclear só contabilizou o Ativo Diferido no limite do Passivo Diferido que foi de R\$ 349.629 mil.

## NOTA 19 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

OBRIGAÇÕES ESTIMADAS		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
Provisão de férias e gratificação de férias	44.960	41.773
Encargos sociais sobre provisão de férias	23.041	20.913
<b>TOTAL</b>	<b>68.001</b>	<b>62.686</b>

## NOTA 20 – ENCARGOS SETORIAIS

ENCARGOS SETORIAIS		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
RGR	2.887	12.645
Taxa de fiscalização da Aneel	777	785
<b>TOTAL</b>	<b>3.664</b>	<b>13.430</b>

## **NOTA 21 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO**

A ELETRONUCLEAR é uma das patrocinadoras da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

### **I) FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA**

A Real Grandeza tem como suas Patrocinadoras a Eletrobras Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR, FURNAS Centrais Elétricas S.A. e a REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social.

Atualmente, a REAL GRANDEZA administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefícios Definido – BD e outro na modalidade de Contribuição Definida – CD e, em ambos, o regime atuarial de financiamento é o de capitalização. A ELETRONUCLEAR só tem participação no Plano BD.

Segundo as disposições do Regulamento do Plano BD, a contribuição normal da ELETRONUCLEAR é composta de uma parcela mensal equivalente a dos participantes ativos que é de: 2,4% sobre a parcela dos salários até ½ teto de contribuição da Previdência Social; 4,6% sobre a parcela dos salários de ½ teto até 1 teto de contribuição da Previdência Social e 13% sobre a parcela dos salários acima de 1 teto de contribuição da Previdência Social; e de uma parcela específica e permanente de 5,09% sobre o total da folha de pagamento.

A ELETRONUCLEAR apropriou, no exercício, o valor de R\$ 3.716 mil (R\$ 2.936 mil - 31 de dezembro de 2011) para cobertura das despesas administrativas do Plano BD.

No encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos previdenciários vencidos com a REAL GRANDEZA.

### **II) NUCLEOS**

O NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social tem como suas Patrocinadoras: Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR; Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB; Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP e NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social.

O atual plano de benefícios do NUCLEOS é do tipo Benefício Definido – Plano BD e o seu regime atuarial de financiamento é o de capitalização individual.

Segundo as disposições contidas no Plano Básico de Benefícios, o custeio da entidade, reavaliado anualmente, aponta que a ELETRONUCLEAR deverá contribuir mensalmente com uma parcela equivalente à aplicação de uma taxa de 8,25% sobre a folha salarial de empregados participantes do NUCLEOS, sendo 3,92% correspondente ao custo normal e 4,33% para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado.

Considerando que o parágrafo 3º, do artigo 202, da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, dispõe que é vedado o aporte de recursos à entidade de previdência privada por sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do participante.

Considerando, ainda, que os participantes do NUCLEOS contribuem para a entidade com uma parcela mensal equivalente, em média, à aplicação de uma taxa de 3,92% da mesma folha, conclui-se que a relação entre as taxas de contribuição normal da Patrocinadora e dos participantes atendem à determinação legal contida no parágrafo anterior.

A contribuição de 4,33%, vertida pela ELETRONUCLEAR ao NUCLEOS, para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado é referente ao pagamento de 240 prestações mensais, a partir de dezembro de 2000 até junho de 2020, com incidência inclusive sobre o 13º salário de cada ano, para cobertura de compromissos especiais em função da Reserva de Tempo Anterior.

No encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos vencidos com o NUCLEOS.

Os ativos dos planos BD são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela REAL GRANDEZA e NUCLEOS.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

O perfil populacional dos participantes dos Planos BD está abaixo demonstrada:

DADOS POPULACIONAIS	2012		2011	
	Real Grandeza	Nucleos	Real Grandeza	Nucleos
<b>1. Participantes ativos</b>				
1.1. Participantes - nº	732	1.621	740	1.636
1.2. Idade Média	54,1	43,5	53,5	42,7
1.3. Serviço Creditado (total)	26,1	13,3	25,1	12,5
1.4. Tempo para Aposentadoria	6,9	16,0	7,8	17,7
1.5 Salário Médio em R\$	10.191	7.396	9.204	7.273
<b>2. Aposentados</b>				
2.1. Participantes Aposentados - nº	310	156	302	166
2.2. Idade Média	62,2	67,8	61,3	66,8
2.3. Benefício Médio em R\$	6.008	4.958	5.346	4.297
<b>3. Pensionistas</b>				
3.1. Participantes Pensionistas - nº	51	57	66	43
3.2. Idade Média	56,2	55,6	55,4	57,5
3.3. Benefício Médio em R\$	1.765	3.007	1.686	2.746
População Total	1.093	1.834	1.108	1.845

## 21.1 Termos de compromissos

### a) Termo de reconhecimento e consolidação de dívidas

Em 14 de dezembro de 2000, a ELETRONUCLEAR celebrou com a Fundação um "Termo de Reconhecimento e Consolidação de Dívidas, Obrigação de Pagamento e Outras Avenças", no valor de R\$ 84.510 mil - base 31 de dezembro de 1999, consolidando, para pagamento em 144 parcelas mensais, a partir de janeiro de 2001.

A remuneração da obrigação foi fixada em 6% ao ano e a última parcela possuía vencimento em 26 de dezembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo do termo de reconhecimento e consolidação de dívidas correspondia a R\$ 26.939 mil, classificados no passivo circulante. Essa dívida foi totalmente liquidada durante o ano de 2012.

### b) Contrato de reserva a amortizar

Em 13 de outubro de 2003, a REAL GRANDEZA firmou com a ELETRONUCLEAR o denominado Contrato da Reserva a Amortizar, correspondendo às parcelas de déficit de responsabilidades das mesmas, referentes ao atendimento à EC nº 20/98, no montante de R\$ 32.775 mil, referidos a novembro de 2001. Esse montante, corrigido com base no fator de atualização do plano BD, isto é, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), e acrescido de juros de 6% ao ano, a ser pago em 144 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2004.

O saldo dessa obrigação, em 31 de dezembro de 2012, monta R\$ 24.374 mil (R\$ 29.823 mil - 31 de dezembro de 2011), dos quais R\$ 7.736 mil estão classificados no passivo circulante (R\$ 6.929 mil - 31 de dezembro de 2011) e R\$ 16.638 mil no passivo não circulante (R\$ 22.894 mil - 31 de dezembro de 2011).

### c) Dívida total por vencimento

Os contratos têm o seguinte perfil de vencimento:

ANO	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
2012	-	33.868
2013	7.736	7.191
2014	8.077	7.623
2015	8.561	8.080
TOTAL	24.374	56.762

## 21.2 Outros benefícios pós-emprego – seguro-saúde

A Companhia possui um programa de assistência médica aos empregados e dependentes, estendendo-o aos inativos e pensionistas. Em função da estrutura de custeio adotada, os inativos e pensionistas são beneficiados com um subsídio indireto, dado que o prêmio é calculado coletivamente.

## 21.3 Efeitos dos planos BD e assistência saúde

### 21.3.1 Hipóteses Econômicas e Atuariais

Hipóteses Econômicas			
	2012		2011
	Nucleos	Real Grandeza	
Taxa anual de juro atuarial real (i)	3,45%	3,43%	5,55%
Taxa anual de inflação projetada	4,89%	4,89%	4,50%
Taxa esperada de retorno nos ativos	3,45%	3,43%	10,30%
Taxa anual real de evolução salarial	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa anual real de evolução custos médicos	3,50%	3,50%	1,00%
Taxa real de evolução de benefícios	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa real de evolução de benefícios do regime geral	0,00%	0,00%	0,00%
Fator de capacidade (benefícios e salários)	98%	98%	100%
Hipóteses Atuariais			
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83	AT-83
Tábua de invalidez	Light fraca	Light fraca	Light fraca
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos	4 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos de cada plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano Real Grandeza foi de R\$ 4.560 mil (R\$ 35.218 mil em 2011) e do plano Nucleos foi de R\$ 142.502 mil (R\$ 1.729 mil em 2011).

(i) Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

### 21.3.2 Planos de benefícios em 31 de dezembro

Descritivo	R\$ MIL 2012			
	Real Grandeza	Nucleos	Saúde	Total
<b>Alterações nas obrigações</b>				
Obrigações com benefícios projetados no início do exercício	756.238	626.671	17.920	1.400.829
Custo do serviço corrente	13.864	18.713	-	32.577
Contribuições de participantes	1.905	6.134	-	8.039
Custo dos juros	73.201	58.718	1.846	133.765
Benefícios pagos/adiantados	-38.403	-17.678	-578	-56.659
(Ganhos) ou perdas atuariais	467.085	235.664	-2.791	699.958
Obrigações com benefícios projetados no fim do exercício	1.273.890	928.222	16.397	2.218.509

<b>Alterações nos ativos financeiros</b>				
Valor justo dos ativos no início do exercício	914.644	620.330	-	1.534.974
Retorno esperado dos investimentos	92.704	63.321	-	156.025
Contribuições patronais	18.851	19.486	578	38.915
Contribuições de participantes do plano	16.992	12.446	-	29.438
Benefícios pagos/adiantados	-38.403	-17.678	-578	-56.659
Ganhos ou (perdas) atuariais	214.821	79.181	-	294.002
Valor justo dos ativos no fim do exercício	1.219.609	777.086	-	1.996.695
Estado de cobertura no final do exercício	-54.281	-151.136	-16.397	-221.814

<b>Custo Periódico Líquido (resultado)</b>				
Custo do serviço corrente	13.864	18.713	-	32.577
Custo dos juros	73.201	58.718	1.846	133.765
Retorno esperado dos ativos financeiros	-92.704	-63.321	-	-156.025
<b>Total do Custo Periódico Líquido</b>	<b>-5.639</b>	<b>14.110</b>	<b>1.846</b>	<b>10.317</b>

Descritivo	R\$ MIL 2011			
	Real Grandeza	Nucleos	Saúde	Total
<b>Alterações nas obrigações</b>				
Obrigações com benefícios projetados no início do exercício	761.365	577.948	34.494	1.373.807
Custo do serviço corrente	14.466	15.734	1.380	31.580
Contribuições de participantes	-	-	-	-
Custo dos juros	74.515	57.692	3.715	135.922
Benefícios pagos/adiantados	-40.534	-15.807	-893	-57.234
(Ganhos) ou perdas atuariais	-53.573	-8.897	-20.776	-83.246
Obrigações com benefícios projetados no fim do exercício	756.239	626.670	17.920	1.400.829

<b>Alterações nos ativos financeiros</b>				
Valor justo dos ativos no início do exercício	891.042	615.581	-	1.506.623
Retorno esperado dos investimentos	90.306	63.580	-	153.886
Contribuições patronais	17.284	10.512	893	28.689
Contribuições de participantes	11.634	8.314	-	19.948
Benefícios pagos/adiantados	-40.534	-15.807	-893	-57.234
Ganhos ou (perdas) atuariais	-55.088	-61.851	-	-116.939
Valor justo dos ativos no fim do exercício	914.644	620.329	-	1.534.973
Estado de cobertura no final do exercício	158.405	-6.341	-17.920	134.144
(Ganhos) / Perdas atuariais não reconhecidas	-158.405	-	-	-158.405
Termo de consolidação de dívidas com a FRG	-56.792	-	-	-56.792
Obrigações reconhecidas no final do exercício	-56.792	-6.341	-17.920	-81.053

<b>Custo Periódico Líquido (resultado)</b>				
Custo do serviço corrente	14.466	15.734	1.380	31.580
Custo dos juros	74.515	57.692	3.715	135.922
Retorno esperado dos ativos financeiros	-96.106	-67.107	-	-163.213
Total do Custo Periódico Líquido	-7.125	6.319	5.095	4.289

As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Descritivo	R\$ MIL 2012			R\$ MIL 2011		
	Real Grandeza	Nucleos	Total	Real Grandeza	Nucleos	Total
Renda fixa	3.273	12.547	15.820	53	20	73
Renda variável	1.148.883	728.785	1.877.668	854.633	593.481	1.448.114
Imóveis	39.817	19.314	59.131	37.503	6.338	43.841
Empréstimos	29.070	5.074	34.144	26.599	12.693	39.292
Outros	-1.434	11.367	9.933	-4.145	7.798	3.653
Total dos ativos	1.219.609	777.087	1.996.696	914.643	620.330	1.534.973

### 21.3.3 Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
Real Grandeza	132.547	77.377
Nucleos	52.872	-97.299
Programa de Saúde	4.041	6.832
Programa de Seguro	-3.614	-3.614
<b>Total</b>	<b>185.846</b>	<b>-16.704</b>

  

Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
Ganhos (perdas) atuariais do exercício		
Real Grandeza	55.170	185.209
Nucleos	150.171	-141.924
Programa de Saúde	-2.791	-20.776
<b>Total</b>	<b>202.550</b>	<b>22.509</b>

### 21.3.4 Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Companhia espera contribuir com R\$ 32.569 com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

### 21.3.5 O histórico dos ajustes pela experiência no plano de benefício definido está apresentado a seguir:

Real Grandeza	R\$ MIL			
	2012	2011	2010	2009
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	1.273.890	756.238	761.365	636.188
Valor justo dos ativos do plano	-1.219.609	-914.643	-891.042	-653.678
Déficit (Superávit)	54.281	-158.405	-129.677	-17.490
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	467.085	-53.574	70.497	-32.603
Ajustes pela experiência nos ativos do plano	-88.144	-55.088	171.500	16.545

  

Nucleos	R\$ MIL			
	2012	2011	2010	2009
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	928.223	626.671	577.948	525.819
Valor justo dos ativos do plano	-777.087	-620.330	-615.581	-555.479
Déficit (Superávit)	151.136	6.341	-37.633	-29.660
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	235.664	-8.897	-5.079	41.582
Ajustes pela experiência nos ativos do plano	79.182	-61.851	1.866	127.926

### 21.3.6 Efeitos da variação de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos

Variação nas taxas de custos médicos	R\$ MIL 2012
Efeito no Custo de Serviço e de Juros - Aumento 1%	78
Efeito no Custo de Serviço e de Juros - Redução 1%	-67
Efeito na obrigação de benefício definido - Aumento 1%	939
Efeito na obrigação de benefício definido - Redução 1%	-806

### NOTA 22 – PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia, amparada pela sua Procuradoria Jurídica, mantém o registro no passivo não circulante, de provisão para contingências judiciais, consideradas de perda provável para a Companhia, conforme quadro abaixo:

#### a) Composição

CONTINGÊNCIAS	R\$ MIL			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais
<b>TRABALHISTAS</b>				
Data-Base dos Engenheiros	15.732	-	15.732	-
Diferenças de remunerações	9.667	4.982	5.922	3.664
Planos Bresser, Collor, etc.	4.491	2.393	4.668	2.380
Outras	2.127	561	974	444
	<b>32.017</b>	<b>7.936</b>	<b>27.296</b>	<b>6.488</b>
<b>TRIBUTÁRIAS</b>				
Tributos Federais	8.461	80	122	80
INSS	10.386	17.892	8.920	11.406
	<b>18.847</b>	<b>17.972</b>	<b>9.042</b>	<b>11.486</b>
<b>CÍVEIS</b>				
Desapropriações	1.954	2.120	1.260	226
Responsabilidade civil	5.647	1.277	5.647	3.014
Outros	1.568	-	2.276	-
	<b>9.169</b>	<b>3.397</b>	<b>9.183</b>	<b>3.240</b>
<b>AMBIENTAL</b>				
Contecioso	7.326	-	3.826	-
	<b>7.326</b>	<b>-</b>	<b>3.826</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>67.359</b>	<b>29.305</b>	<b>49.347</b>	<b>21.214</b>

Os depósitos judiciais apresentados no quadro acima são apenas aqueles vinculados às contingências de perda provável. Os demais depósitos judiciais da Companhia estão divulgados na Nota 12.

Do montante da provisão de tributos federais, a parcela de R\$ 8.070 mil refere-se à alteração feita pelos advogados da Companhia, da expectativa de perda possível para provável de processo relativo à PASEP/COFINS.

A ação trabalhista Data-Base dos Engenheiros, no valor de R\$ 15.732 mil, refere-se à reclamação trabalhista movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro contra FURNAS Centrais Elétricas S.A., ajuizada antes da data da cisão daquela empresa, que contempla empregados transferidos por sucessão trabalhista para a ELETRONUCLEAR.

Tal contingência é integralmente de responsabilidade de FURNAS, conforme previsto no item 5, do Termo Aditivo ao Protocolo ajustado com FURNAS, em 23 de maio de 1997, estando, portanto, correspondida a um direito de igual valor registrado na conta "Outros" no ativo não circulante.

Os processos judiciais, avaliados como de perda possível, movidos contra a Companhia, e, portanto, não provisionados, montam R\$ 79.044 mil, em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 88.728 em 31 de dezembro de 2011), sendo R\$ 8.084 mil de processos de natureza trabalhista (R\$ 8.099 em 31 de dezembro de 2011), R\$ 67.949 mil de ações tributárias (R\$ 76.072 mil em 31 de dezembro de 2011) e outros de natureza cível no valor de R\$ 3.011 mil (R\$ 4.557 mil em 31 de dezembro de 2011).

Dentre essas ações de causas possíveis, destaca-se a ação de execução fiscal movida pelo Estado do Rio de Janeiro em 2009, cujo objeto é crédito de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, supostamente incidente sobre importação de mercadorias, cujo processo monta R\$ 47.504 mil. A ELETROBRAS concedeu, em garantia a essa execução, ações de sua propriedade e que totalizam R\$ 44.601 mil.

Adicionalmente, a Companhia vem questionando um auto de infração, cujo objeto trata de despesas de descomissionamento consideradas como dedutíveis no ano base de 2005. O valor total do auto de infração é de R\$ 6 milhões e os advogados da Companhia avaliam a sua probabilidade de perda em relação a essa causa como possível.

Vale ressaltar que, a Companhia manteve o critério de deduzir as despesas de descomissionamento das suas bases de apuração de imposto de renda e contribuição social.

Os processos de contingência ativa com expectativa de ganho possível para retorno de caixa à ELETRONUCLEAR, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, somam R\$ 6.093 mil (R\$ 8.124 mil - 31 de dezembro de 2011), referentes a processos tributários federais.

## b) Movimentação

MOVIMENTAÇÃO DAS CONTIGÊNCIAS JUDICIAIS - R\$ MIL				
Composição	SALDO EM 31/12/2011	MOVIMENTAÇÃO		SALDO EM 31/12/2012
		BAIXAS	INCLUSÕES	
Trabalhistas	27.296	(1.253)	5.974	32.017
Tributárias	9.042	-	9.805	18.847
Cíveis	9.183	(19)	5	9.169
Ambiental	3.826	-	3.500	7.326
TOTAL	49.347	(1.272)	19.284	67.359

## NOTA 23 – OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

### a) Descomissionamento

#### a.1) Constituição do Passivo para descomissionamento

O descomissionamento de usinas nucleares refere-se à obrigação para desmobilização dos ativos destas usinas para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica das mesmas.

O descomissionamento pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento, que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas, considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos de descomissionamento, referentes à desmontagem e remoção do item e de restauração dos locais nos quais as instalações estão localizadas, deve ser contabilizada como custo do empreendimento.

O custo total estimado é descontado a valor presente, com base em taxa que represente o custo de capital da Companhia e registrado no Imobilizado, em contrapartida a obrigação para desmobilização de ativos.

O saldo do passivo para descomissionamento a valor presente, em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 1.234.645 mil (R\$ 408.712 em 31 de dezembro de 2011).

## **a.2) Ajuste a valor presente do descomissionamento**

No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento é considerado o custo total estimado para o descomissionamento, descontado a uma taxa que represente o custo de capital da Companhia, desde o final da vida útil econômica de cada usina até a data do balanço.

A taxa de desconto atual aprovada para o sistema ELETROBRAS é de 4,98% ao ano.

## **b) Rejeitos de Baixa e Média Atividade e Combustível Nuclear Usado - Constituição do Passivo**

A Diretoria executiva da Companhia aprovou, através da resolução RDE nº 1112.002/13 de 17/01/2013 (reunião 1112<sup>a</sup>), o Relatório Final do Grupo de Trabalho instituído pela GCE 037/10 de 01/06/2010, para determinar as estimativas de Custos de Gerenciamento de Rejeitos Radioativos Operacionais e dos Elementos de Combustível Nuclear Usados ao Final da vida útil das Usinas Angra 1 e Angra 2.

As estimativas de custos para gerenciamento, em longo prazo, dos rejeitos operacionais de baixo e médio nível de atividade e dos elementos combustíveis usados foram as seguintes:

**b.1)** Para transporte e disposição final dos rejeitos operacionais de baixa e média atividade, relativos ao volume acumulado até 2020, quando se considera que será iniciada sua transferência para o Repositório Nacional de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Nível de Atividade (RBMN), a ser implantado pela CNEN, responsável legal pela guarda final desses rejeitos, será despendido o montante de R\$ 225.900 mil (Base DEZ/2012).

**b.2)** Para armazenagem inicial dos elementos combustíveis usados até o final da década de 2070, quando se estima ocorrer o término da vida útil de Angra 3 e, portanto, da própria CNAAA, a estimativa está representada pelo valor de R\$ 542.700 mil (Base DEZ/2012), montante que será despendido para implantação da Instalação para Armazenamento dos Combustíveis Irrradiados (UFC) e respectivo sistema de movimentação dos elementos combustíveis das usinas para essa instalação, cujo projeto encontra-se em andamento e cujo comissionamento deverá ocorrer até 2020.

Nos termos do Pronunciamento Técnico 27 e ICPC 12, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a ELETRONUCLEAR contabilizou no Ativo Imobilizado, em contrapartida ao Passivo Não Circulante, os valores das estimativas aprovadas.

**c) O quadro abaixo resume a posição dos valores correspondentes ao passivo total de desmobilização de ativos:**

DESCOMISSONAMENTO - R\$ MIL				
USINA	31/12/2012			31/12/2011
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	511.523	(226.036)	285.487	255.340
ANGRA 2	709.801	(524.794)	185.007	153.372
<b>TOTAL</b>	<b>1.221.324</b>	<b>(750.830)</b>	<b>470.494</b>	<b>408.712</b>
REJEITOS DE BAIXA E MÉDIA ATIVIDADE E COMBUSTÍVEL NUCLEAR USADO - R\$ MIL				
USINA	31/12/2012			31/12/2011
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	381.954	(123.038)	258.916	-
ANGRA 2	382.197	(123.116)	259.081	-
<b>TOTAL</b>	<b>764.151</b>	<b>(246.154)</b>	<b>517.997</b>	<b>-</b>
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS - R\$ MIL				
USINA	31/12/2012			31/12/2011
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	893.477	(349.074)	544.403	255.340
ANGRA 2	1.091.998	(647.910)	444.088	153.372
<b>TOTAL</b>	<b>1.985.475</b>	<b>(996.984)</b>	<b>988.491</b>	<b>408.712</b>

## NOTA 24 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Composição acionária

ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES				CAPITAL SOCIAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	%	VALOR - R\$ mil
Centrais Elétr. Brasil. S.A - ELETROBRAS	20.394.839.086	5.703.210.901	26.098.049.987	99,91	6.601.248
Depto de Águas E. Elétrica Est.SP - DAEE	5.960.026	7.405.548	13.365.574	0,05	3.477
LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A.	-	5.058.993	5.058.993	0,02	1.316
Outros	1.176.930	3.504.063	4.680.993	0,02	1.217
<b>TOTAL</b>	<b>20.401.976.042</b>	<b>5.719.179.505</b>	<b>26.121.155.547</b>	<b>100,00</b>	<b>6.607.258</b>

As ações ordinárias são nominativas com direito a voto.

As ações preferenciais não se podem converter em ações ordinárias e terão as seguintes preferências ou vantagens, de acordo com o Estatuto da Companhia:

- prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;
- dividendo prioritário, mínimo cumulativo de 10% ao ano, e participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos lucros que remanescerem depois de pago um dividendo de 12% ao ano às ações ordinárias;
- direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias sobre a alteração do Estatuto.

Também, de acordo com o Estatuto, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório anual, calculado na base de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação vigente.

## NOTA 25 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
Suprimento de energia elétrica	2.120.138	1.933.895
Devolução tarifa a Furnas - RH 1406/12	(224.906)	-
Diferencial distribuidoras - RH 1406/12	640.695	-
Outras receitas	513	467
Impostos sobre vendas		
PASEP	(22.891)	(12.570)
COFINS	(105.550)	(58.017)
Outros	(92)	(95)
	(128.533)	(70.682)
Reserva global de reversão - RGR	(47.871)	(48.944)
<b>TOTAL</b>	<b>2.360.036</b>	<b>1.814.736</b>

### - Suprimento de energia elétrica

O suprimento de energia elétrica das usinas nucleares Angra 1 e 2, fornecida à FURNAS, de 14.715.295 MWh (14.350.893 MWh - 2011), corresponde a uma receita no exercício de 2012 de R\$ 2.120.138 mil (R\$ 1.933.895 mil - 2011).

### a) Tarifas praticadas pela ELETRONUCLEAR

Os valores da tarifa contratual de energia da ELETRONUCLEAR, praticadas nos períodos de 2011 e 2012, foram os seguintes:

- De 05 de dezembro de 2010 a 04 de dezembro de 2011 > R\$ 136,91 /MWh – Resolução Homologatória 1406, de 21 de dezembro de 2012;
- De 05 de dezembro de 2011 a 31 de dezembro de 2012 > R\$ 144,57 /MWh - Resolução Homologatória 1406, de 21 de dezembro de 2012.

## **b) Diferença entre as tarifas definitivas e as provisórias**

A Resolução Homologatória ANEEL nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012, homologou em seu art.1º, as tarifas definitivas praticadas pela ELETRONUCLEAR nos exercícios 2010, 2011 e 2012, ou seja, no período de 5 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2012, que resultou em uma diferença de R\$ 224.906 mil a ser devolvido à FURNAS. Dessa forma, a Companhia está registrando em dezembro de 2012, um débito a receita de suprimento de R\$ 224.906 mil, tendo como contrapartida uma obrigação de igual valor lançada à conta de Fornecedores – Ver nota 16b.

## **c) Diferencial entre a tarifa praticada pela ELETRONUCLEAR e a tarifa de referência**

Também através da Resolução nº 1.406/2012, a ANEEL homologou no caput do art. 2º, o diferencial de que trata o art.12, da Lei nº 12.111/2009, em R\$ 581.431 mil. Trata-se da diferença verificada, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa praticada pela ELETRONUCLEAR e a da tarifa de referência. A tarifa de referência de 2010 será igual à tarifa da ELETRONUCLEAR, homologada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em dezembro de 2004, atualizada pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA para dezembro de 2009, a qual será reajustada pelo IPCA em dezembro de 2010 e 2011 – Ver nota 6c.

No parágrafo primeiro do art. 2º dessa mesma, dispõe a ANEEL que esse diferencial deverá ser pago à ELETRONUCLEAR (em duodécimos) pelas concessionárias de distribuição, nos anos de 2013 a 2015.

## **d) Nova regulamentação de comercialização**

O contrato entre a ELETRONUCLEAR e FURNAS, assinado em 10 de julho de 2001, prevê sua vigência até 31 de dezembro de 2014. No entanto, com a regulamentação da ANEEL para o dispositivo do art.12, da Lei 12.111/2009, mediante as edições em 21 de dezembro de 2012, da Resolução Normativa nº 530 e da Resolução Homologatória nº 1.407, a partir de 01 de janeiro de 2013, toda a receita decorrente da geração das usinas Angra 1 e 2 será rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do SIN.

A Resolução Homologatória ANEEL nº 1405, de 21 de dezembro de 2012, estabeleceu a receita fixa de R\$ 1.882.640 mil para o ano de 2013, relativa à geração de energia das centrais geradoras Angra 1 e 2.

## **e) Medida Provisória Nº 579 de 11 de setembro de 2012**

Essa medida provisória dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária e dá outras providências.

As unidades geradoras da ELETRONUCLEAR, Usinas Angra 1 e 2, não representam concessão, portanto, não estão enquadradas no escopo da mencionada medida provisória.

Como a regulação da geração de energia termonuclear tem caráter específico, entendemos que não há qualquer impacto nos negócios da sociedade como resultado do advento da medida provisória em tela.

## NOTA 26 – CUSTO OPERACIONAL

CUSTO OPERACIONAL		
DESCRIPTIVO	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal	411.719	356.482
Material	41.991	31.361
Serviços de terceiros	160.220	131.961
Depreciação e amortização	252.547	242.614
Encargos de uso da rede de transmissão	58.157	53.266
Combustível para produção de energia elétrica	309.672	294.826
Diferencial Furnas - RH 1406/12 (*)	581.431	-
Outros	31.424	31.418
<b>TOTAL</b>	<b>1.847.161</b>	<b>1.141.928</b>

(\*) Conforme previsto no art.12, da Lei nº 12.111/2009, fica a ELETRONUCLEAR autorizada a repassar para FURNAS, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa a ser praticada pela ELETRONUCLEAR e a da tarifa de referência, e em consonância ao disposto no art. 2º, da Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012, a Companhia está registrando a débito da conta de resultado como custo operacional de energia elétrica comprada para revenda o valor de R\$ 581.431 mil, tendo como contrapartida, um contas a pagar a FURNAS de igual valor registrado a conta de Fornecedores – Ver Nota 16b.

## NOTA 27 – DESPESAS OPERACIONAIS

DESPESAS OPERACIONAIS		
DESCRIPTIVO	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal - (a)	92.172	110.433
Material	638	902
Serviços de terceiros	67.759	64.033
Depreciação e amortização	10.846	9.979
Aluguéis	15.055	13.212
Provisão contingenciais, atuariais e outras - (b)	37.838	9.306
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa - (c)	92.496	1.813
Outras provisões	50.825	6.205
Outras	21.454	22.762
<b>TOTAL</b>	<b>389.083</b>	<b>238.645</b>

- a) **Pessoal** – A variação negativa foi, na sua maior parte, em decorrência dos ajustes atuariais das fundações no valor de R\$ 11.415 mil.
- b) **Provisão contingências, atuarias e outras** – A variação positiva foi em decorrência dos acréscimos nas contingências judiciais no valor de R\$ 13.552 mil e dos ajustes atuariais das fundações no valor de R\$ 14.980 mil.
- c) **Provisão p/créditos de liquidação duvidosa** – A variação positiva foi em decorrência da provisão do valor de R\$ 91.710 mil, relativa ao contas a receber de FURNAS, conforme descrito na Nota 6b.

## NOTA 28 – RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>		
Ajuste a valor presente diferencial a pagar a Furnas	29.445	-
Aplicações financeiras	18.793	24.985
Rendimento sobre títulos e valores mobiliários de curto prazo - fundo para descomissionamento (Nota 11)	27.939	21.669
Outras	2.171	9.568
	<u>78.348</u>	<u>56.222</u>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		
Encargos sobre financiamentos - ELETROBRAS	(38.707)	(46.954)
Variaç.monetárias e cambiais s/dívidas com fornecedores e outros	(12.634)	(8.113)
Variações monetárias e cambiais s/financiamentos - ELETROBRAS	(4.543)	(6.497)
Ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização de ativos	(22.438)	(21.242)
Ajuste a valor presente diferencial a receber das distribuidoras	(32.446)	-
	<u>(110.768)</u>	<u>(82.806)</u>
<b>TOTAL</b>	<b>(32.420)</b>	<b>(26.584)</b>

## NOTA 29 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

### a) Síntese das despesas de imposto de renda e contribuição social

SÍNTESE DAS DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
DESPESA	R\$ MIL					
	Imposto de renda		Contribuição Social		TOTAL	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Corrente	(58.177)	(70.085)	(21.061)	(25.210)	(79.238)	(95.295)
Diferido	5.593	(4.096)	2.014	(1.475)	7.607	(5.571)
<b>TOTAL</b>	<b>(52.584)</b>	<b>(74.181)</b>	<b>(19.047)</b>	<b>(26.685)</b>	<b>(71.631)</b>	<b>(100.866)</b>

### b) Imposto de renda e contribuição social corrente – efeito no resultado

A Companhia optou pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) e, conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2012 e 2011, foram utilizadas as prerrogativas definidas no referido regime.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES NO RESULTADO	R\$ MIL			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	91.372	407.579	91.372	407.579
<b>Adições</b>				
Ajuste a valor presente - obrigação para desmobilização	54.884	21.242	54.884	21.242
Variação cambial ativa liquidada - temporária	-	1.912.120	-	1.912.120
Provisão para participações dos empregado	44.497	-	44.497	-
Dotação à Fundação de Assist.Médica - permanente	36.613	29.862	36.613	29.862
Provisão atuarial benefício pós-emprego	20.000	68.927	20.000	68.927
Provisão para Devedores Duvidosos	92.496	-	92.496	-
Receita financeira Angra 3 transferida para o imobilizado	19.572	-	19.572	-
Provisão para contingências	25.626	13.373	25.626	13.373
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	35.080	31.343	35.080	31.343
Outras	3.277	5.040	1.392	4.354
	<b>332.045</b>	<b>2.081.907</b>	<b>330.160</b>	<b>2.081.221</b>
<b>Exclusões</b>				
Variação cambial passiva liquidada - temporária	-	1.965.310	-	1.965.310
Provisão atuarial - resultados abrangentes	45.761	101.667	45.761	101.667
Ajuste a valor presente - obrigação para desmobilização	29.445	-	29.445	-
Reversão de provisão para devedores duvidosos	-	672	-	672
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	10.747	10.747	10.747	10.747
Reversão de provisão para contingências	1.272	2.696	1.272	2.696
Outras	13	3	13	3
	<b>87.238</b>	<b>2.081.095</b>	<b>87.238</b>	<b>2.081.095</b>
Lucro real / Base positiva da contribuição social antes das compensações	336.179	408.391	334.294	407.705
Compensação de prejuízos fiscais de períodos anteriores	100.853	122.516	100.288	122.312
Lucro real / Base positiva da contribuição social após compensações	235.326	285.875	234.006	285.394
Alíquotas dos tributos	15% + 10	15% + 10	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social - efeito líquido no resultado do exercício	58.177	71.444	21.061	25.683
Ajuste de exercício anterior	-	(1.359)	-	(473)
<b>TOTAL</b>	<b>58.177</b>	<b>70.085</b>	<b>21.061</b>	<b>25.210</b>

**c) Imposto de renda diferido e contribuição social diferido – efeito no resultado**

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS NO RESULTADO DE 2012	R\$ MIL			
	VALOR BASE	Contribuição Social	Imposto de Renda	TOTAL
Receita financeira capitalizada no imobilizado	2.707	244	679	923
Ajuste a valor presente do descomissionamento	(824.115)	(74.170)	(206.029)	(280.199)
Depreciação sobre o estoque transferido para o Imobilizado	32.351	2.912	8.088	11.000
Imobilizado do descomissionamento	(18.418)	(1.658)	(4.605)	(6.263)
Baixa de despesas da administração central	247.338	22.260	61.835	84.095
Provisão para benefício pós-emprego	24.261	2.183	6.065	8.248
Ajuste CPC - Baixa despesas administrativas	689.197	62.028	172.299	234.327
Baixa de imobilizado - correção monetária 1995 a 1997	(217.932)	(19.614)	(54.483)	(74.097)
Provisão para desvalorização de título	1.532	138	383	521
Provisão para devedores duvidosos	173	16	43	59
Provisão para atualização depósitos judiciais	(4.202)	(378)	(1.051)	(1.429)
Provisão encargos Fundação Real Grandeza	(8.342)	(751)	(2.086)	(2.837)
Provisão para contingências judiciais	43.485	3.913	10.872	14.785
Sub-total	(31.965)	(2.877)	(7.990)	(10.867)
Reversão de Compensação com prejuízos fiscais de exercícios anteriores	9.589	863	2.397	3.260
Total em 31 de Dezembro de 2012	(22.376)	(2.014)	(5.593)	(7.607)

Os valores de CSLL e IRPJ Diferidos, contabilizados no resultado de 2012, referem-se aos estornos das Provisões Passivas de 31 de dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2012, os cálculos dos referidos impostos passaram para Provisões Ativas e não foram contabilizadas pela Eletronuclear, em conformidade com o CPC 32 artigo 24.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS NO RESULTADO DE 2011	R\$ MIL			
	VALOR BASE	Contribuição Social	Imposto de Renda	TOTAL
Ajuste a vr presente de obrigação para desmobilização de a	(21.242)	(1.912)	(5.311)	(7.223)
Varição cambial passiva não realizada - líquida	53.190	4.787	13.298	18.085
Baixa de despesas da administração central	10.747	967	2.687	3.654
Baixa de imobilizado - correção monetária 1995 a 1997	(11.438)	(1.029)	(2.860)	(3.889)
Baixa de imobilizado - ajuste a valor presente	(967)	(87)	(242)	(329)
Depreciação sobre o estoque transferido para o Imobilizado	(12.745)	(1.147)	(3.186)	(4.333)
Provisão para encargos FRG	8.341	751	2.085	2.836
Provisão para previdência privada - Nucleos e FRG	10.233	921	2.558	3.479
Receitas financeiras transferidas para o Imobilizado	(2.706)	(244)	(677)	(921)
Provisão para perda em Investimentos	(1.265)	(114)	(316)	(430)
Provisão para devedores duvidosos	672	60	168	228
Provisão para contingências Judiciais	(9.412)	(846)	(2.353)	(3.199)
Sub-total	23.408	2.107	5.851	7.958
Compensação com prejuízos fiscais exercícios anteriores	(7.022)	(632)	(1.755)	(2.387)
SUB-TOTAL	16.386	1.475	4.096	5.571
Total em 31 de dezembro de 2011	16.386	1.475	4.096	5.571

## NOTA 30 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS, ENCARGOS FINANCEIROS E SUAS TRANSFERÊNCIAS

APLICAÇÕES FINANCEIRAS, ENCARGOS FINANCEIROS E SUAS TRANSFERÊNCIAS		
DESCRIÇÃO	GERAÇÃO	
	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
Aplicações financeiras contabilizados no resultado	38.365	27.692
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(19.572)	(2.707)
Efeito na receita financeira	18.793	24.985
Encargos financeiros contabilizados no resultado	133.829	86.954
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(95.122)	(40.000)
Efeito na despesa financeira	38.707	46.954
Efeito líquido no resultado	(19.914)	(21.969)

## NOTA 31 - SALDO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo venda de energia elétrica, em tarifas aprovadas pela ANEEL, e empréstimos e financiamentos contraídos junto à controladora ELETROBRAS.

Segue abaixo, quadro do saldo e transações com as empresas consideradas partes relacionadas:

SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - R\$ MIL										
SALDOS	31/12/2012									31/12/2011
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	Eletroacre	Ceal	Cepisa	TOTAL	TOTAL
<b>Ativo</b>										
Concessionárias	-	267.487	-	-	-	-	-	-	267.487	358.367
Diferencial distrib RH 1406/12 c/ AVP	-	-	-	-	-	219	14.909	12.026	27.154	-
Fundo descomissionamento	230.670	-	-	-	-	-	-	-	230.670	163.226
Outras contas a receber	9.451	4.334	21	-	-	-	-	-	13.806	8.038
<b>Passivo</b>										
Fornecedores	-	(1.453)	(150)	(112)	(129)	-	-	-	(1.844)	(2.267)
Fornecedores - Provisão	-	(782)	(470)	(349)	(404)	-	-	-	(2.005)	(1.970)
Devolução tarifa RH 1406/12	-	(176.519)	-	-	-	-	-	-	(176.519)	-
Diferencial FURNAS RH 1406/12 c/ AVP	-	(551.986)	-	-	-	-	-	-	(551.986)	-
Financiamentos captados	(1.099.311)	-	-	-	-	-	-	-	(1.099.311)	(1.178.350)
Saldo Líquido	(859.190)	(458.919)	(599)	(461)	(533)	219	14.909	12.026	(1.292.548)	(652.956)
<b>TRANSAÇÕES</b>										
	31/12/2012									31/12/2011
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	Eletroacre	Ceal	Cepisa	TOTAL	TOTAL
<b>Receita</b>										
Venda de energia	-	2.120.138	-	-	-	-	-	-	2.120.138	1.933.895
Devolução tarifa de energia RH 1406/12	-	(168.283)	-	-	-	-	-	-	(168.283)	-
Diferencial distribuidoras RH 1406/12	-	-	-	-	-	231	15.704	12.668	28.603	-
AVP - Diferencial FURNAS RH 1406/12	-	29.445	-	-	-	-	-	-	29.445	-
Remuneração do fundo financeiro	27.939	-	-	-	-	-	-	-	27.939	21.669
<b>Despesa</b>										
RGR	(55.397)	-	-	-	-	-	-	-	(55.397)	(48.944)
AVP - Diferencial distrib RH 1406/12	-	-	-	-	-	(12)	(795)	(642)	(1.449)	-
Diferencial FURNAS RH 1406/12	-	(581.431)	-	-	-	-	-	-	(581.431)	-
V.Monet. - Devolução tarifa RH 1406/12	-	(8.236)	-	-	-	-	-	-	(8.236)	-
Encargos uso da rede elétrica	-	(9.440)	(5.600)	(4.193)	(4.802)	-	-	-	(24.035)	(22.365)
Encargos financeiros	(38.707)	-	-	-	-	-	-	-	(38.707)	(46.954)
Cessão de funcionários	(163)	-	-	-	-	-	-	-	(163)	(1.441)
Auditoria externa	(817)	-	-	-	-	-	-	-	(817)	(266)
Saldo Líquido	(67.145)	1.382.193	(5.600)	(4.193)	(4.802)	219	14.909	12.026	1.327.607	1.835.594

A taxa de juros praticada nas captações de recursos com a ELETROBRAS encontra-se detalhada na Nota 17.

Como patrocinadora da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes, a ELETRONUCLEAR apresenta os saldos e movimentação de valores que envolvem essas entidades na Nota 21.

### NOTA 32 - TAXAS REGULAMENTARES

A Companhia incorreu, durante o exercício, nos seguintes encargos do setor elétrico, apropriados ao resultado:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
Reserva Global de Reversão - RGR classificada como retificadora da receita operacional	47.871	48.944
Contribuição ao Operador Nacional do Sistema - ONS classificada como retificadora da receita operacional	82	78
Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE classificada como despesa operacional - outras	8.986	9.073
<b>TOTAL</b>	<b>56.939</b>	<b>58.095</b>

### NOTA 33 - SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil inerente a suas atividades.

O montante global segurado, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 15.877.907 mil e está assim distribuído:

SEGUROS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012			
SEGUROS - R A M O S	MOEDA - R\$ MIL		
	VIGÊNCIA	VALOR SEGURADO	PRÊMIO CORRESPONDENTE
Riscos nucleares	30/11/2013	<b>2.841.282</b>	<b>8.645</b>
- Danos materiais		2.043.500	6.034
- Responsabilidade civil		797.782	2.611
Riscos de Engenharia	01/12/2015	<b>12.419.075</b>	<b>171.046</b>
- Construção		10.415.487	152.966
- Armazenamento de equipamentos		2.003.588	18.080
Diversos	Diversas	<b>617.550</b>	<b>796</b>
<b>TOTAL</b>		<b>15.877.907</b>	<b>180.487</b>

## NOTA 34 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2012, foram de R\$ 42.181,14 e R\$ 2.225,03 (R\$ 31.629,76 e R\$ 2.087,27 – dezembro de 2011), respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela ELETRONUCLEAR. O maior honorário atribuído a dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2012, corresponde a R\$ 32.726,63 (R\$ 29.616,32 – dezembro de 2011).

Nos exercícios de 2012 e de 2011, a Companhia realizou gastos com remuneração, encargos sociais e benefícios da alta administração, conforme apresentado a seguir:

NATUREZA	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
Remuneração dos Diretores e Conselheiros (*)	2.389	2.247
Encargos Sociais	808	760
Benefícios	688	645
Participação nos Lucros e Resultados (*)	239	217
Outros	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>4.125</b>	<b>3.870</b>

(\*) Inclui o chefe da Auditoria Interna, vinculado ao Conselho de Administração.

## NOTA 35 – COMPROMISSOS

Além das obrigações registradas no presente balanço, a Companhia possuiu outros compromissos contratados até a data do balanço, mas ainda não incorridos, e cujas realizações ocorrerão nos próximos exercícios, portanto sem registros patrimoniais em 2012. Tratam-se de contratos e termos de compromissos referentes: à aquisição de matéria-prima - combustível nuclear - para produção de energia elétrica; aos compromissos socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3; e aquisição de bens e serviços para substituição em seu ativo imobilizado, a saber:

### 35.1 – Compra de energia elétrica

Conforme previsto no art.12, da Lei nº 12.111/2009, fica a ELETRONUCLEAR autorizada a repassar para FURNAS, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa a ser praticada pela ELETRONUCLEAR e a da tarifa de referência, e em consonância ao disposto no art. 2º, da Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012, a Companhia possui uma obrigação com FURNAS no valor de R\$ 581.431 mil.

EMPRESA	R\$ MIL	
	2013	2014 / 2015
Furnas	193.810	387.621

### 35.2 – Venda de energia elétrica

#### a) Devolução de faturamento da diferença entre as tarifas definitivas e as provisórias

A Resolução Homologatória ANEEL nº 1406, de 21 de dezembro de 2012, em seu artigo 1º, estabelece as tarifas definitivas para a venda da energia elétrica da ELETRONUCLEAR à FURNAS, para os exercícios de 2010 (R\$131,41/ MWh), 2011 (R\$ 136,91/MWh) e 2012 (R\$ 144,57/MWh).

As diferenças entre essas tarifas definitivas e as tarifas provisórias praticadas pela ELETRONUCLEAR, no período em questão, representam um crédito a favor de FURNAS de R\$ 224.906 mil, que ajustado pelo IPCA para 31 de dezembro, monta R\$ 244.882 mil, a ser pago em 48 parcelas mensais.

EMPRESA	R\$ MIL		
	2013	2014 / 2015	2016 / 2017
Furnas	61.220	122.440	61.222

#### b) Diferencial entre a tarifa praticada pela ELETRONUCLEAR e a tarifa de referência

A Resolução Homologatória ANEEL nº 1406, de 21 de dezembro de 2012, em seu artigo 2º, homologou o diferencial de que trata o art. 12, da Lei nº 12.111/2009, em R\$ 581.431 mil. Trata-se da diferença verificada, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa praticada pela ELETRONUCLEAR e a da tarifa de referência, conforme descrito na nota 25.b.

No parágrafo primeiro desse mesmo artigo da resolução, a ANEEL homologa que esse diferencial será pago à ELETRONUCLEAR (em duodécimos) pelas concessionárias de distribuição, nos anos de 2013 a 2015, acrescidos das contribuições PASEP e COFINS, fecham uma venda de R\$ 640.695 mil.

CONCESSIONÁRIA	R\$ MIL	
	2013	2014 / 2015
AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A - AES Sul	1.929	3.857
Ampla Energia e Serviços S.A.	10.202	20.404
Bandeirante Energia S.A	3.406	6.812
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	2	4
Caiuá Distribuição de Energia S.A	544	1.087
Companhia Energética de Alagoas - CEAL	5.558	11.116
CEB Distribuição S.A.	3.936	7.872
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica -CEEE	7.103	14.205
Celesc Distribuição S.A. - CELESC	1	2
CELG Distribuição S.A. - CELG	9.027	18.054
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	11.801	23.602
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	5.671	11.343
Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	957	1.915
Companhia Energética do Maranhão -CEMAR	8.787	17.575
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	272	543
CEMIG Distribuição S.A	11.390	22.780
Companhia Energética do Piauí - CEPISA	4.483	8.966
Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE	310	620
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	18.663	37.327
Companhia Energética do Ceará - COELCE	6.858	13.716
COPEL Distribuição S.A. - COPEL	24.155	48.310
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN	3.866	7.732
Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista	3.103	6.205
Companhia Piratininga de Força e Luz - CPFL Piratininga	663	1.326
Companhia Luz e Força Santa Cruz - CPFL Santa Cruz	687	1.374
Companhia Sul Paulista de Energia - CPFL Sul Paulista	9	19
Elektro Eletricidade e Serviços S.A. - ELEKTRO	12.754	25.508
Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	82	163
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. -ELETROPAULO	25.527	51.054
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A. - ENERGISA BORBOREMA	714	1.428
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia. S.A. -ENERGISA MINAS	230	460
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A - ENERGISA PARAIBA	4.710	9.419
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. - ENERGISA SERGIPE	2.744	5.489
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	2.588	5.176
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA	5.214	10.428
Light Serviços de Eletricidade S.A.	15.017	30.035
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.	353	706
Rio Grande Energia S.A. -RGE	250	501
<b>TOTAL</b>	<b>213.565</b>	<b>427.130</b>

### c) Receita de faturamento de 2013 a 2018

O contrato entre a ELETRONUCLEAR e FURNAS, assinado em 10 de julho de 2001, prevê sua vigência até 31 de dezembro de 2014. Entretanto, com a regulamentação da ANEEL para o dispositivo do art.12, da Lei 12.111/2009, mediante as edições em 21 de dezembro de 2012, da Resolução Normativa nº 530 e da Resolução Homologatória nº 1.407, a partir de 2013, toda a receita decorrente da geração das usinas Angra 1 e 2 será rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN.

A Resolução Homologatória ANEEL nº 1405, de 21 de dezembro de 2012, estabeleceu a receita fixa de R\$ 1.882.640 mil para o ano de 2013, relativa à geração de energia das centrais geradoras Angra 1 e 2, e a Resolução Homologatória ANEEL nº 1.407, de 21 de dezembro de 2012, estabelece as cotas-partes para os anos de 2014 a 2018. Desta forma a ELETRONUCLEAR tem garantida a receita da geração das usinas Angra 1 e 2 para os anos de 2013 a 2018.

CONCESSIONÁRIA	R\$ MIL		
	2013	2014 / 2015	2016 / 2017
AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A	49.590	99.181	99.181
Ampla Energia e Serviços S.A.	54.731	109.462	109.462
Bandeirante Energia S.A	57.036	114.071	114.071
Caiuá Distribuição de Energia S.A	6.335	12.669	12.669
CEB Distribuição S.A.	33.947	67.894	67.894
Celesc Distribuição S.A.	98.279	196.557	196.557
CELG Distribuição S.A.	62.283	124.566	124.566
CEMIG Distribuição S.A	150.077	300.154	300.154
Centrais Elétricas de Rondônia S.A.	15.871	31.742	31.742
Centrais Elétricas do Pará S.A.	39.111	78.223	78.223
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.	33.442	66.885	66.885
Companhia de Eletricidade do Acre	4.741	9.482	9.482
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	91.292	182.583	182.583
Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins	9.443	18.886	18.886
Companhia Energética de Alagoas	17.457	34.914	34.914
Companhia Energética de Pernambuco	61.715	123.430	123.430
Companhia Energética do Ceará	52.393	104.785	104.785
Companhia Energética do Maranhão	28.460	56.921	56.921
Companhia Energética do Piauí	15.324	30.648	30.648
Companhia Energética do Rio Grande do Norte	25.211	50.421	50.421
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	47.636	95.271	95.271
Companhia Força e Luz do Oeste	1.675	3.350	3.350
Companhia Jaguarí de Energia	2.655	5.311	5.311
Companhia Luz e Força Mococa	1.257	2.515	2.515
Companhia Luz e Força Santa Cruz	5.363	10.725	10.725
Companhia Nacional de Energia Elétrica	3.218	6.435	6.435
COPEL Distribuição S.A.	141.054	282.107	282.107
Companhia Leste Paulista de Energia	1.632	3.264	3.264
Companhia Paulista de Força e Luz	126.447	252.894	252.894
Companhia Piratininga de Força e Luz	55.431	110.861	110.861
Companhia Sul Paulista de Energia	2.217	4.434	4.434
DME Distribuição S.A. - DMED	2.402	4.804	4.804
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	73.582	147.164	147.164
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	227.532	455.064	455.064
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.	4.940	9.880	9.880
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	4.102	8.204	8.204
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.	22.959	45.917	45.917
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.	3.860	7.720	7.720
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.	6.656	13.312	13.312
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A	20.659	41.319	41.319
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.	15.350	30.699	30.699
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.	37.221	74.442	74.442
Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda	1.323	2.645	2.645
Light Serviços de Eletricidade S.A.	121.024	242.048	242.048
Rio Grande Energia S.A.	45.711	91.422	91.422
<b>TOTAL</b>	<b>1.882.640</b>	<b>3.765.281</b>	<b>3.765.281</b>

### 35.3 - Combustível nuclear

Contratos assinados com a Indústrias Nucleares Brasileiras - INB, para aquisição de matéria-prima para produção de energia elétrica e combustível nuclear para as próximas recargas das usinas Angra 1 e Angra 2, conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMBUSTÍVEL NUCLEAR - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2013	370.000
2014	370.000
2015	201.279
APÓS 2015	6.403.772
<b>TOTAL</b>	<b>7.345.051</b>

### 35.4 - Compromissos socioambientais

Termos de compromissos assumidos com os Municípios, nos quais, a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA, conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMPROMISSOS SOCIOAMBIENTAIS - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2013	20.598
2014	7.507
2015	4.047
APÓS 2015	127.085
<b>TOTAL</b>	<b>159.237</b>

### 35.5 - Aquisições de bens e serviços

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de bens e serviços para substituição no ativo imobilizado das usinas Angra 1 e Angra 2, necessários à garantia de performance operacional desses ativos, conforme quadro demonstrativo a seguir:

BENS E SERVIÇOS - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2013	197.746
2014	132.281
2015	112.877
APÓS 2015	86.890
<b>TOTAL</b>	<b>529.794</b>